ESTADO DO ACRE
INSTITUTO DE MUDANÇAS CLIMÁTICAS E REGULAÇÃO DE SERVIÇOS AMBIENTAIS - IMC
Av. Nações Unidas, nº 233, 2º Andar – Bosque - Rio Branco - Acre - Brasil /CEP. 69.909-720
Fone- Fax: (68) 3223-1933 / 3223-9962
E-mail: gabinete.imc@ac.gov.br

RELATÓRIO DE GESTÃO 2014

Rio Branco - Acre
2014

Organização
Magaly da Fonseca e Silva Taveira Medeiros
Raul Vargas Torrico

Diagramação
Raul Vargas Torrico

FICHA CATALOGRÁFICA

ACRE. Governo do Estado do Acre. **Relatório de Gestão – 2014.** Relatório Anual de Atividades do Instituto de Mudanças Climáticas e Regulação Ambiental. Rio Branco: IMC, 2014.

ENDEREÇO
Instituto de Mudanças Climáticas e Regulação Ambiental - IMC
Avenida Nacoes Unidas, n° 233, 2° Andar - Bosque
CEP. 69.909-720 - Rio Branco – Acre – Brasil
Fone Fax: 55 (68) 3223-1933/3223-9962
Email: gabinete.imc@ac.gov.br
Homepage: www.imc.ac.gov.br

ESTADO DO ACRE
INSTITUTO DE MUDANÇAS CLIMÁTICAS E REGULAÇÃO DE SERVIÇOS AMBIENTAIS - IMC
Av. Nações Unidas, nº 233, 2º Andar – Bosque - Rio Branco - Acre - Brasil /CEP. 69.909-720
Fone- Fax: (68) 3223-1933 / 3223-9962
E-mail: gabinete.imc@ac.gov.br

SUMARIO

APRESENTAÇÃO 04

ASPECTOS INSTITUCIONAIS 05

ESTRUTURAÇÃO TECNOLOGICA DO IMC 15

PROJETOS EXECUTADOS PELOS DEPARTAMENTOS 16

METAS REALIZADAS 18

1- META 1: Fortalecer e implementar 03 (três) instrumentos de governança do SISA (Ceva, Ouvidoria e Comitê Científico) e o IMC 19

2- META 2: Elaborar relatório de inventário de gases de efeito estufa do ano de 2014 (ano base 2012) 27

3- META 3: Implementar o programa ISA Carbono estabelecido na Lei 2.308/2010 31

4- META 4: Implementar o Programa de Formação para Gestores Públicos e Beneficiários do SISA, com a Realização de 13 Eventos de Formação 58

AÇÕES REALIZADAS PARA FORTALECIMENTO DO SISA 63

1- Reunião Anual Da Força Tarefa Dos Governadores Para O Clima E Florestas 63

2- Participação Da Conferencia Preparatória Sobre O Clima, Lima Peru 66

INSTRUMENTO DE GESTÃO JURÍDICA 69

ARQUIVO FOTOGRÁFICO 76

Av. Nações Unidas, nº 233, 2º Andar – Bosque - Rio Branco - Acre - Brasil /CEP. 69.909-720
Fone- Fax: (68) 3223-1933 / 3223-9962
E-mail: gabinete.imc@ac.gov.br

APRESENTAÇÃO

Nos últimos anos, o governo do Acre não tem poupado esforços para implementar políticas públicas de fomento que asseguram a sustentabilidade do desenvolvimento. O Plano Plurianual 2012 – 2015 focou suas ações em 05 (cinco) eixos estratégicos de desenvolvimento: (a) Desenvolvimento Social; (b) Educação, Saúde e Segurança; (c) Economia Sustentável; (d) Infraestrutura e Desenvolvimento Urbano; e (e) Gestão Pública.

O Eixo Economia Sustentável teve o papel fundamental de elevar o patamar tecnológico para aumentar a produtividade e competitividade da nossa economia através da implementação de programas e projetos com alto grau de inovação tecnológica voltados para áreas abertas e de floresta. A implementação desta política está focada na redução do desmatamento e valoração da floresta em pé de forma a contribuir de maneira significativa, no que se refere a redução da pobreza, diminuição do desmatamento e participação e controle social.

Percebe-se que o desmatamento do estado do Acre em 2014 ficou abaixo da linha de referência 496 km^2 (linha base). Não temos dúvida que é fruto do novo modelo de desenvolvimento que está sendo implementado pelo estado através dos produtores familiares, extrativistas, ribeirinhos, índios entre outros.

Destacamos a regulação, o monitoramento e os estudos sobre a biomassa florestal bem como a transparência e comunicação para salvaguardar fundamental para o funcionamento do Sistema de Incentivo a serviços Ambientais – SISA, ancorados em dois pilares fundamentais na implementação e consolidação do SISA: (a) Estruturação das instituições que compõem a rede SISA; e (b) Repartição de benefícios para as diferentes categorias de populações que vivem na área rural.

Magaly da Fonseca e Silva Taveira Medeiros
Diretora Presidente do Instituto de Mudanças Climáticas e Regulação de Serviços Ambientais

Av. Nações Unidas, nº 233, 2º Andar – Bosque - Rio Branco - Acre - Brasil /CEP. 69.909-720
Fone- Fax: (68) 3223-1933 / 3223-9962
E-mail: gabinete.imc@ac.gov.br

I- ASPECTOS INSTITUCIONAIS

Quem Somos

O Instituto de Mudanças Climáticas e Regulação de Serviços Ambientais – IMC é uma instituição de regulação, monitoramento, controle e registro do Sistema de Incentivos a Serviços Ambientais - SISA, criada como autarquia especial com autonomia financeira e independência administrativa, supervisionada pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente - SEMA

A Nossa Missão

Articular estratégias de adaptação e mitigação dos efeitos das mudanças climáticas no Estado do Acre, através da promoção de mecanismos de valoração de serviços ambientais, garantindo benefícios aos provedores de serviços ambientais e o respeito a salvaguardas socioambientais

Os Nossos Objetivos

Os objetivos do Instituto de Mudanças Climáticas e Regulação de Serviços Ambientais – IMC, é fomentar a manutenção e a ampliação da oferta dos serviços e produtos ecossistêmicos em todo o território do Estado do Acre.

1- COMPETÊNCIA INSTITUCIONAL DO IMC

A Lei do SISA cria o Instituto de Mudanças Climáticas e Regulação de Serviços Ambientais - IMC como a entidade responsável pela regulação, controle, monitoramento e registro das iniciativas, sejam elas públicas ou privadas, de incentivos a serviços ambientais, incluindo as iniciativas de REDD+. Desta forma, o IMC é responsável pela adequada implementação do SISA e outros instrumentos necessários à mitigação e adaptação as mudanças climáticas como o Inventário Estadual de Gases de Efeito Estufa.

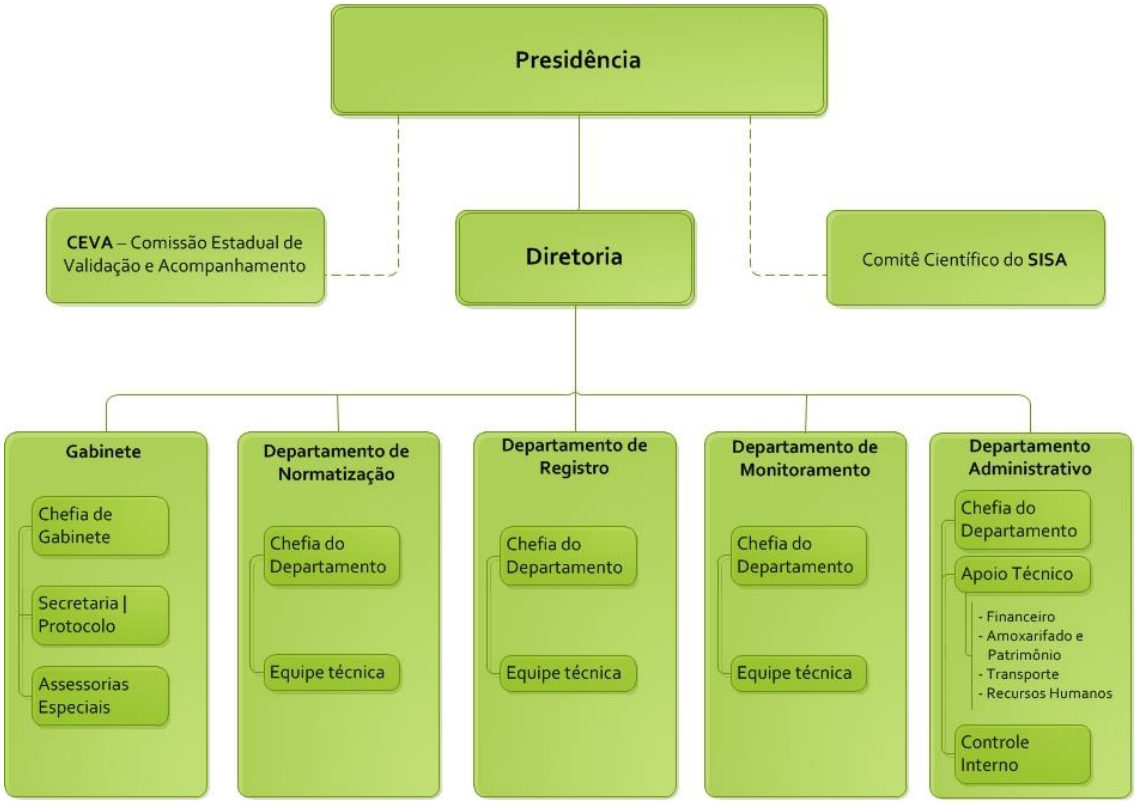
Ao Instituto de Mudanças Climáticas e Regulação de Serviços Ambientais compete:

Av. Nações Unidas, nº 233, 2º Andar – Bosque - Rio Branco - Acre - Brasil /CEP. 69.909-720
Fone- Fax: (68) 3223-1933 / 3223-9962
E-mail: gabinete.imc@ac.gov.br

- ✓ Estabelecer normas complementares do Sistema de Incentivo de Serviços Ambientais - SISA;
- ✓ Aprovar, após manifestação do Comitê Científico, nos termos do regulamento, as metodologias de projetos e planos de ação apresentadas pela Companhia de Desenvolvimento de Serviços Ambientais ou pelos proponentes de projetos especiais;
- ✓ Homologar metodologias pré-existentes para desenvolvimento de planos de ação e de projetos;
- ✓ Autorizar e/ou efetuar o pré-registro e o registro dos planos de ação e projetos;
- ✓ Efetuar o controle e o monitoramento da redução de emissões de gases de efeito estufa, bem como do cumprimento das metas e objetivos estabelecidos em cada plano de ação ou projeto pré-registrado;
- ✓ Autorizar e/ou efetuar a emissão, regulamentação e registro de outros serviços e produtos ecossistêmicos;
- ✓ Validar metodologias de registro e certificação;
- ✓ Avaliar, monitorar e articular ações de políticas referentes à mitigação e adaptação aos impactos de mudanças climáticas;
- ✓ Realizar, estudos e levantamentos de emissões de gases de efeito estufa - GEE;
- ✓ Desenvolver estratégia de quantificação, de provisão e de distribuição territorial de serviços ambientais; e
- ✓ Articular ações de gestão de riscos associadas aos incentivos aos serviços ambientais;
- ✓ Garantir o princípio de transparência estabelecido pelo SISA.

2- ESTRUTURA ORGANIZACIONAL E SUAS COMPETENCIAS

A estrutura organizacional básica do Instituto de Mudanças Climáticas e Regulação de Serviços Ambientais – IMC, é composta de uma Presidência, um cargo de Diretor, um Gabinete e uma Assessoria da Presidência, e quatro Departamentos.



2.1 Presidência

- ✓ Representar a Autarquia de forma ativa em assuntos pertinentes;
- ✓ Coordenar e dirigir todos os setores da Autarquia, através dos Diretores, Assessores e responsáveis;
- ✓ Relacionar-se com as autoridades federais, estaduais e municipais relativamente aos assuntos de interesse da Autarquia;
- ✓ Promover a administração geral em estrita observância das disposições legais;

Av. Nações Unidas, nº 233, 2º Andar – Bosque - Rio Branco - Acre - Brasil /CEP. 69.909-720
Fone- Fax: (68) 3223-1933 / 3223-9962
E-mail: gabinete.imc@ac.gov.br

- ✓ Exercer a liderança política e institucional da Autarquia;
- ✓ Assessorar o Governador em assuntos de competência da Autarquia;
- ✓ Fazer indicações ao Governador para provimento em cargos em Comissão e prover encargos gratificados no âmbito da Autarquia;
- ✓ Dar condições para que os servidores possam desempenhar suas atividades de forma eficiente, promovendo e autorizando a realização de eventos de capacitação;
- ✓ Autorizar a aquisição de todos os bens adquiridos pelo IMC;
- ✓ Autorizar a emissão de pagamentos realizados de forma geral;
- ✓ Realizar viagens com o intuito de divulgar as ações realizadas pelo Instituto e promover a integração de informações sobre assuntos pertinentes à competência da Instituição;
- ✓ Estabelecer as parcerias de interesse da autarquia no sentido de promover a captação de recursos técnicos, financeiros e materiais;
- ✓ Orientar e determinar a realização de auditorias;
- ✓ Delegar atribuições;
- ✓ Desempenhar outras atividades compatíveis com a posição e as determinadas pelo Governador.

2.2 Gabinete da Presidência

- ✓ Prestar assistência direta ao Diretor-Presidente em assuntos por ele determinados;
- ✓ Receber, analisar, instruir e encaminhar documentos de interesse do Diretor Presidente ou a ele dirigidos;
- ✓ Organizar e agendar a pauta de reuniões, viagens e compromissos do Diretor Presidente;

- ✓ Coordenar e supervisionar, no âmbito do Instituto, as atividades relativas ao cerimonial, à comunicação social, à administração geral e ao assessoramento;
- ✓ Registrar e encaminhar para publicação os atos oficiais do Instituto, sujeitos à divulgação;
- ✓ Delegar competência para abertura de Processos Administrativos junto à Secretaria do Gabinete;
- ✓ Responsabilizar-se pelas atividades de relações públicas e assistir o Presidente em suas representações políticas e social;
- ✓ Exercer outras competências que lhe forem determinadas.

2.3 Assessoria da Presidência

- ✓ Prestar assessoramento direto e imediato ao Diretor Presidente nos assuntos por ele definidos e em seus relacionamentos institucionais;
- ✓ Elaborar pareceres, analisar documentos de competência da Presidência;
- ✓ Analisar informações, elaborar estudos técnicos e projetos de interesse do Instituto;

2.4 Diretoria Técnica

- ✓ Acompanhar estudos, programas, projetos, convênios e contratos de interesse da Presidência, quando solicitado;
- ✓ Acompanhar o Diretor-Presidente em viagens, sempre que necessário e solicitado por ele;
- ✓ Coordenar, as atividades relacionadas aos assuntos técnicos, no âmbito da Equipe Técnica do Instituto;
- ✓ Exercer outras atribuições que lhes forem conferidas
- ✓ Prestar assessoramento direto e imediato ao Diretor Presidente nos assuntos por ele definidos e em seus relacionamentos institucionais;
- ✓ Elaborar pareceres, analisar documentos de competência da Presidência;

Av. Nações Unidas, nº 233, 2º Andar – Bosque - Rio Branco - Acre - Brasil /CEP. 69.909-720
Fone- Fax: (68) 3223-1933 / 3223-9962
E-mail: gabinete.imc@ac.gov.br

- ✓ Analisar informações, elaborar estudos técnicos e projetos de interesse do Instituto;
- ✓ Acompanhar estudos, programas, projetos, convênios e contratos de interesse da Presidência, quando solicitado;
- ✓ Acompanhar o Diretor-Presidente em viagens, sempre que necessário e solicitado por ele;

2.5 Departamento de Registro

- ✓ Controlar as atividades no âmbito do SISA através do pré-registro e registro das iniciativas no âmbito do SISA;
- ✓ Controlar serviços ambientais geradas pelas iniciativas no âmbito do SISA através do registro de ativos ambientais como os créditos de carbono;
- ✓ Manter a contabilidade dos ativos ambientais gerados pelo SISA;
- ✓ Manter e alimentar a plataforma de registro do SISA.
- ✓ Autorizar e/ou efetuar o pré-registro e o registro dos planos de ação e projetos;
- ✓ Autorizar e/ou expedir os certificados de emissões reduzidas de gases de efeito estufa, regulamentar e realizar o respectivo registro;
- ✓ Autorizar e/ou efetuar a emissão, regulamentação e registro de outros serviços e produtos ecossistêmicos, nos termos desta lei;
- ✓ Registrar as empresas que operam projetos no âmbito do SISA, na forma do regulamento.

2.5 Departamento de Normatização

- ✓ Elaborar normas complementares à Lei do SISA;
- ✓ Disponibilizar os requerimentos necessários para o desenvolvimento das iniciativas no âmbito do Sistema de Incentivos a Serviços Ambientais (SISA);
- ✓ Estabelecer as formas de relação com os demais entes do SISA;

- ✓ Desenhar as bases e instrumentos necessários para estabelecer relações do SISA com os mercados voluntários e regulatórios (entre eles as relações com governos subnacionais);
- ✓ Acompanhar as iniciativas do Governo Nacional referente a estratégias nacionais de serviços ambientais e de REDD+ e tomar medidas de adequação quando necessário.

2.6 Departamento de Monitoramento

- ✓ Fomentar a manutenção e ampliação da oferta dos serviços e produtos ambientais em benefício da população Acreana;
- ✓ Monitorar o desempenho dos programas do SISA em relação às salvaguardas;
- ✓ Disponibilizar informações sobre as iniciativas de promoção e valoração de serviços e produtos ambientais;
- ✓ Monitorar os produtos e serviços ambientais gerados no âmbito do SISA
- ✓ Promover a confiabilidade e credibilidade estabelecido pelo SISA;
- ✓ Realizar estudos e levantamentos de gases de efeito estufa do estado.

2.7 Departamento Administrativo

- ✓ Supervisionar as atividades de contabilidade e a elaboração das demonstrações contábeis;
- ✓ Programar, organizar, orientar e coordenar as atividades financeiras e administrativas;
- ✓ Supervisionar o procedimento da análise de viabilidade de reparos em materiais e equipamentos, providenciando sua recuperação quando conveniente;
- ✓ Praticar atos administrativos relacionados com o sistema financeiro e de administração em articulação com os respectivos responsáveis;

Av. Nações Unidas, nº 233, 2º Andar – Bosque - Rio Branco - Acre - Brasil /CEP. 69.909-720
Fone- Fax: (68) 3223-1933 / 3223-9962
E-mail: gabinete.imc@ac.gov.br

- ✓ Supervisionar o controle dos registros de estoques de material para que sejam mantidos os níveis adequados às necessidades programadas;
- ✓ Supervisionar as atividades referentes a pagamentos, recebimentos, controle de movimentação e disponibilidade financeira;
- ✓ Assinar em conjunto com o ordenador de despesas os documentos de execução orçamentária e financeira e outros correlatos;
- ✓ Coordenar a movimentação dos fundos e adiantamentos;
- ✓ Submeter a consideração do Presidente os assuntos que excedam a sua competência;
- ✓ Delegar atribuições do seu cargo com conhecimento prévio do Presidente;
- ✓ Encaminhar os procedimentos que achar necessários para apreciação e análise da Assessoria Jurídica;
- ✓ Supervisionar assuntos referentes à frota de veículos e delegar competências;
- ✓ Desempenhar outras atividades compatíveis com a posição e as determinadas pelo Presidente.

3- QUADRO FUNCIONAL DO IMC

3.1 Servidores efetivos à disposição

Item	Nome	Órgão de origem	Cargo/Função	Inicio das atividades	Data de Desligamento
01	Francisco Carlos Pereira da Silva	SEMA	Motorista	01.03.2011	---
02	Maria de Jesus Menezes de Melo	SEE e SEME	Professora/Chefe de Gabinete	01.03.2011	---
03	Agda Cavalcante de Souza Correia	SGA	Gestora de Políticas Públicas/Setorial de Controle Interno	09.06.2011	---
04	Marta Nogueira de Azevedo	SGA	Gestora de Políticas Públicas/Chefe do Departamento de Normatização	06.12.2011	---
***05**	Ana Paula Gomes Carvalho Dutra	SGA	Administradora 40h/Chefe do Departamento Administrativo	14.03.2012	---

06	Lívia Maria Sampaio de Souza	SGA	Técnica de Gestão Pública/Responsável pelo Setor Financeiro	10.07.2012	---
07	Ruth da Rocha Paiva	SGA	Técnica de Gestão Pública	02.01.2013	---
08	Harri Pedrinho Kist	IDAF	Motorista	01.05.2013	---
****09**	Rodrigo Fernandes das Neves	PGE/AC	Diretor-Presidente	05.08.2013	08.02.2014
*****10**	Magaly da Fonseca e Silva Taveira Medeiros	FUNTAC	Diretora-Presidente	08.02.2014	---
11	José Bartolomeu da Costa Alves	SEMA	Motorista	03.04.2014	---
12	Raul Vargas Torrico	SEMA	Engenheiro Agrônomo	07.04.2014	---

**Servidor efetivo com complementação através de CEC, conforme Decreto nº 3.942/2012, publicado no DOE nº 10.800 de 16 de maio de 2012.*
***Servidor Efetivo designado sem ônus.*
****Servidor Efetivo cedido, com Nomeação especifica de Diretor-Presidente.*

3.2 Cargos em comissão

Item	Nome	Data da Nomeação	Cargo	Data da Exoneração	Observações
01	Airton Ferreira de Souza	15.03.2011	Responsável pelo Transporte	31.12.2014	---
02	Maria Aparecida Pereira da Silva	15.03.2011	Secretária/Setor de Recursos Humanos	31.12.2014	---
03	Laura Soriano Yawanawa	07.04.2011	Técnica	31.12.2014	---
04	Adjan de Araújo Paula	06.05.2011	Responsável pela TI e Almoxarifado/Patrimônio	31.12.2014	---
05	Giselle Aparecida Monteiro	06.05.2011	Chefe do Departamento de Monitoramento	31.12.2014	Licença Maternidade a partir de 03.09.2014
06	Leandro Sampaio da Silva	01.06.2011	Técnico	07.04.2014	---
07	Karoline da Cunha Gomes Lima	01.07.2011	Técnica	31.12.2014	---
08	Nilson Gomes Bardales	01.07.2011	Chefe do Departamento de Monitoramento	31.12.2014	Assumi o cargo em 03.09.2014, através da Portaria nº 33/2014

09	Charles Henderson Alves de Oliveira	01.12.2011	Técnico	31.12.2014	---
10	Ernande Oliveira Ribeiro Segundo	01.08.2012	Técnico	31.12.2014	---
11	Sandino Gadelha Bezerra Mendes	01.08.2012	Técnico	31.12.2014	---
12	Ângelo Regis Macuco Mateus	01.11.2012	Técnico	31.12.2014	---
13	Mónica Julissa De Los Rios de Leal	01.09.2013	Diretora	31.12.2014	---
14	Maria Beatriz Saldanha Tavares	01.09.2013	Técnico	31.12.2014	---
15	Eduardo Muchuitti Kispergher	01.11.2013	Técnico	31.12.2014	---
16	Bruno Ruiz Pacifico	02.01.2014	Técnico	31.12.2014	---
17	Larissa Barbosa Lopes	01.05.2014	Técnica	31.12.2014	---
18	Rogério Lima Barros	01.06.2014	Técnico	31.12.2014	---

3.3 Estagiários

Item	Nome	Inicio de contrato	Fim de contrato
01	Lucas Ribeiro da Silva	01.02.2014	30.04.2014
02	Maira Nubia de Souza Pinheiro	01.03.2014	---
03	Laercio Silva da Silva	01.04.2014	---
04	Luan Maciel de Souza	02.06.2014	---
05	Diana de Souza Bezerra	02.06.2014	---
06	Sulyane Teixeira dos Santos	02.06.2014	30.06.2014
07	Lucas Alves da Silva	02.06.2014	31.12.2014
08	Amanda Ortiz Parente	16.06.2014	31.07.2014
09	Elaine da Silva Mancini	02.07.2014	---
10	Liane Soares do Nascimento	08.08.2014	17.10.2014
11	Consuela Gonçalves de Araújo	03.11.2014	---

Av. Nações Unidas, nº 233, 2º Andar – Bosque - Rio Branco - Acre - Brasil /CEP. 69.909-720
Fone- Fax: (68) 3223-1933 / 3223-9962
E-mail: gabinete.imc@ac.gov.br

4- ESTRUTURAÇÃO TECNOLÓGICA INSTITUCIONAL

Frente ao novo desafio institucional, o Instituto de Mudanças Climáticas - IMC investiu na restruturação do ponto de vista tecnológico, física e operacional do instituto no ano de 2014. A instituição planejou a aquisição de equipamentos de informática, equipamentos de TI, mobiliário e veículos, com o intuito de proporcionar maior dinamismo e fluidez na execução das atividades tanto no escritório quanto no campo. Hoje o Instituto encontra-se estruturado para realizar todas suas metas/ações planejadas. A seguir detalhamos os resultados da estruturação tecnológica, física e operacional do IMC:

Equipamentos de informática e TI

- 17 Estação de trabalho (padrão e avançado)
- 05 Notebook corporativo
- 04 Impressora (monocromática e colorida)
- 25 nobreak do tipo II

Material permanente – Mobiliário

- 23 portas CPU em madeira
- 30 Armários de diferentes modelos (alto, baixo, misto/executivo e suspenso)
- 14 Mesas de diferentes modelos (para escritório e para reuniões)
- 01 Aparador executivo
- 28 Gaveteiros de diferentes modelos (03 e 02 gavetas e pasta suspensa)
- 02 Estantes de duas fases, tamanho grande para livros
- 04 Estação de trabalho (compartimento para quatro pessoas)
- 04 HD externos

Material permanente – Veículo

- 01 Veículo tipo pick ap
- 11 Ar condicionados

Dessa forma, possibilitou ao instituto a realização de todas as metas que foram formulada e consensuadas para o ano de 2014. Ainda, foi possível dar maior resolutividade as demandas vindas da sociedade em geral.

II- PROJETOS EXECUTADOS PELOS DEPARTAMENTOS

Programa de Incentivos aos Serviços Ambientais do Carbono – ISA CARBONO

O Instituto de Mudanças Climáticas e Regulação de Serviços Ambientais, desde sua criação, vem trabalhando de maneira transversal, com os seus três Departamentos (Registro Normatização e Monitoramento), no que se refere ao Programa Jurisdicional de Incentivo aos Serviços Ambientais: ISA Carbono.

Os objetivos estabelecidos no programa estão relacionados diretamente com a promoção, conservação, recuperação e incremento dos serviços ambientais, tais como redução progressiva, constante e de longo prazo das emissões de gases de efeito estufa e o sequestro de carbono, de forma integrada a estratégia de desenvolvimento de baixas emissões buscando estabelecer ações de mitigação e adaptação as mudanças climáticas.

O Programa ISA Carbono, se constitui uma estratégia para captar, prover e dar sustentabilidade de recursos financeiros ao Estado para implementação de seus planos e estabelecer a repartição dos benefícios para atores que conservam, preservam e recuperam os ativos florestais como o carbono. Constitui-se assim, no marco legal de um Programa Jurisdicional Subnacional para redução de emissões por desmatamento e degradação florestal, bem como do manejo florestal sustentável e da recuperação e aumento dos estoques de carbono através das atividades de sequestro pelo reflorestamento.

As ações estabelecidas no projeto estão focadas na ampliação do Sistema Estadual de Incentivos a Serviços Ambientais de Acre (SISA) como mecanismo inovador de financiamento de Serviços Ambientais.

No SISA foi estabelecido o Arranjo Institucional do SISA, composto pelas seguintes instituições: Instituto de Mudanças Climáticas e Regulação de Serviços Ambientais (IMC), Secretaria de Desenvolvimento Florestal, da Indústria, do Comércio, e dos Serviços Sustentáveis – SEDENS, Companhia de Desenvolvimento Sustentável do Estado do Acre (CDSA), Procuradoria Geral do Estado (PGE) e Casa Civil do Governador. Conta ainda com um Sistema de Governança, através do Colegiado dos

3 Conselhos Estaduais (CDRFS, CEMACT, CEF) e Comissão Estadual de Validação e Acompanhamento (CEVA), a Ouvidoria do SISA, e o Comité Cientifico.

Em 2012 iniciou-se a implementação do Programa ISA Carbono, a partir da primeira transação não comercial de reduções de emissões através do Programa REDD for Early Movers (REM), de contribuição financeira com o Banco de Desenvolvimento Alemão - KFW.

O Programa REM consiste na remuneração sobre resultados de reduções de emissões de gases de efeito estufa do desmatamento. Constitui objetivo a Redução de Emissões oriundas de REDD (Reducing Emissions from Deforestation and Forest Degradation) no Estado do Acre/Brasil. Com a consecução deste objetivo pretende-se contribuir - em concordância com as determinações da Convenção Quadro de Mudanças Climáticas (UNFCCC) - para a proteção do clima através da proteção das florestas.

Os recursos da contribuição financeira serão utilizados em programas de repartição de benefícios e para consolidar o Programa ISA-Carbono do SISA, assim distribuídos: 70% da contribuição financeira deve ser destinada para atender aos beneficiários nas áreas de intervenção; e os 30% será disponibilizado para apoiar os seguintes itens:

- ✓ Custos de implantação e operação do SISA;
- ✓ Estudos e outros trabalhos de monitoramento dos programas;
- ✓ Assistência técnica para as agências executoras dos programas;
- ✓ Estudos e outros trabalhos com o fim de melhorar o SISA e desenvolver novos programas;
- ✓ Preparação de novos subprogramas do SISA.

Av. Nações Unidas, nº 233, 2º Andar – Bosque - Rio Branco - Acre - Brasil /CEP. 69.909-720
Fone- Fax: (68) 3223-1933 / 3223-9962
E-mail: gabinete.imc@ac.gov.br

III- METAS REALIZADAS

1- Fortalecer e implementar 03 (três) instrumentos de governança do SISA (Ceva, Ouvidoria e Comitê Científico) e o IMC

2- Elaborar relatório de inventário de gases de efeito estufa do ano de 2014 (ano base 2012)

3- Implementar o programa ISA Carbono estabelecido na Lei 2.308/2010

4- Implementar o programa de formação para gestores públicos e beneficiários do SISA, com a realização de eventos de formação.

As atividades contidas neste relatório foram estruturadas seguindo a lógica do Plano de Governo que utiliza o Sistema Integrado de Gestão – SIG para acompanhar e monitorar os programas e projetos estabelecidos para a gestão 2011 – 2014, através da Colheita de Resultados.

As ações do IMC estão inseridas no Eixo da Economia Sustentável, correspondente a Área de Resultado de Meio Ambiente, no Programa de Gestão Ambiental é alicerçado pelo Projeto Jurisdicional ISA Carbono. O Projeto está sendo executado de maneira transversal pelos respectivos departamentos da instituição. A seguir detalhamos as atividades realizadas por meta.

META 1: Fortalecer e implementar 03 (três) instrumentos de governança do SISA (Ceva, Ouvidoria e Comitê Científico) e o IMC

A relevância dessa meta para o alcance dos objetivos do projeto consiste na busca de garantir que as instâncias de participação social e de assessoria estejam qualificadas para a boa governança do SISA de tal maneira que venham a contribuir efetivamente para o cumprimento da Lei nº 2308/2010, de criação do sistema e, para atender aos princípios dos padrões internacionais socioambientais para REDD+.

As atividades desta meta foram realizadas por várias instancias de governança ligadas ao SISA:

1- Comissão Estadual de Validação e Acompanhamento – CEVA

A Secretaria Executiva da CEVA organizou as reuniões ordinárias e extraordinárias, em conjunto com a Coordenação da Comissão; preparou apresentações institucionais; apoiou e acompanhou a participação de membros da CEVA em eventos (encontros, oficinas, consultas públicas); distribuiu materiais e divulgou conteúdos a respeito da atuação da CEVA em eventos nacionais e internacionais. A seguir elencamos as principais atividades realizadas:

- ✓ Realização de 7 (sete) reuniões da CEVA (03 ordinárias e 04 extraordinárias);
- ✓ Participação de 05 (cinco) membros da CEVA em eventos de intercâmbio de experiências, de formação e de negociações a respeito de REDD e de proteção do clima e florestas.
- ✓ Elaboração e disponibilização do “Relatório de autoavaliação da implementação de salvaguardas socioambientais no SISA e no ISA Carbono” para consulta pública eletrônica no portal do governo do Acre, durante o mês de outubro e até 07 de novembro.
- ✓ Apresentação do Relatório de salvaguardas na Consulta Pública do Colegiado dos três conselhos, para validação do documento.

Av. Nações Unidas, nº 233, 2º Andar – Bosque - Rio Branco - Acre - Brasil /CEP. 69.909-720
Fone- Fax: (68) 3223-1933 / 3223-9962
E-mail: gabinete.imc@ac.gov.br

Resultados Alcançados CEVA

O IMC é responsável pela Secretaria Executiva e assessoria a CEVA, cumprindo com as reuniões previstas no Regimento Interno. Foram realizadas 7 (sete) reuniões, sendo 3 (três) ordinárias e 4 (quatro) extraordinárias, para tratar de temas relevantes na implementação do SISA.

Cinco membros da CEVA foram capacitados ou participaram de eventos de intercâmbio de experiências, o que contribuiu para o fortalecimento de suas atuações na Comissão.

O “Relatório de autoavaliação da implementação de salvaguardas socioambientais no SISA e no Programa ISA Carbono” foi preparado e disponibilizado pela Assessoria para consulta pública eletrônica no sítio do governo do Acre (www.ac.gov.br) durante o mês de outubro e a primeira semana de novembro. Esse documento foi validado em Reunião do Colegiado dos três Conselhos em 7 de novembro.

O Relatório Anual de Atividades da CEVA em 2013 foi apresentado pela Coordenadora da Comissão ao Colegiado dos três Conselhos, com apoio de arquivo em power point elaborado pela Assessoria.

Foram apresentados os Relatórios da SEDENS/FEF, do Programa REM em 2013 e do planejamento de investimentos para 2014 e 2015, aos membros da CEVA em reunião extraordinária, para questionamentos e coleta de recomendações.

Em reuniões extraordinárias, O Cadastro Ambiental Rural foi objeto de debate, sendo apresentado à CEVA pela SEMA, apresentação institucional da CDSA, assim como apresentações de estudos preliminares para a abertura de novos programas ISA Água e ISA Sociobiodiversidade.

A CEVA participou de reunião de avaliação da Iniciativa Internacional de salvaguardas socioambiental de REDD+, em abril de 2014 e também, de reunião da Missão de monitoramento da equipe KFW.

A Coordenadora da CEVA e representante da PGE na CEVA participaram de painel da Reunião da GCF e, juntamente com os demais membros, realizaram apresentação da Ceva na Feira de Resultados dessa reunião, de alcance internacional. Houve distribuição de material de divulgação da CEVA, pela Assessoria.

A COP 20 também teve a participação da Coordenadora da CEVA, representantes da PGE e membros do GTI Indígena em painéis com a divulgação de conteúdos do SISA e atuação da CEVA e lideranças indígenas, compondo a delegação brasileira na COP, como representantes do Acre.

Oficinas de formação continuada e reuniões do GTI Indígena proporcionadas pelo IMC e parceiros conveniados foram acompanhadas pela Assessoria e representante da CEVA.

Beneficiários da CEVA

Os beneficiários das ações realizadas pela Omissão Estadual de Validação e Acompanhamento – CEVA foram lideranças extrativistas, indígenas; produtores rurais; estudantes; professores; servidores públicos do IMC e diversos; técnicos; jornalistas; gestores; representantes da sociedade civil.

Parcerias da CEVA

- ✓ Rede acreana de mulheres e homens - RAMH
- ✓ Grupo de Trabalho Amazônico - GTA
- ✓ Associação das Industrias de Madeira de Manejo - ASIMM
- ✓ Central Única dos Trabalhadores - CUT
- ✓ Fundo Mundial para a Natureza - WWF
- ✓ Secretaria de Extensao Agroflorestal e Produção Familiar - Seaprof
- ✓ Procuradoria Geral do Estado - PGE
- ✓ Secretaria de Meio Ambiente - SEMA
- ✓ Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Embrapa

2- Grupo de Trabalho Indígena

Sabendo da importância da contribuição dos povos indígenas para a conservação dos recursos naturais e provisão de serviços ambientais, como forma de garantir um canal de diálogo direto dentro o SISA, se criou um Grupo de Trabalho Interinstitucional Indígena, (GTI) como parte da CEVA, de caráter consultivo, que tem como missão estabelecer o diálogo entre o SISA, as comunidades indígenas e a sociedade civil sobre as ações e os programas de implementação do SISA.

Uns dos principais desafio para este GTI foi a Construção do subprograma indígena de incentivos a serviços ambientais no âmbito do SISA (SISA-Indígena), por meio de ações de informação, formação continuada, consulta junto às lideranças das terras indígenas, e, principalmente, incentivos econômicos e outros serviços de apoio direito, às comunidades reconhecendo o direito exclusivo das mesmas sobre o ativo florestal e serviços ambientais oriundos de suas TIs, garantindo assim a efetiva participação e protagonismo indígena na concepção e implementação de um subprograma de serviços ambientais (SISA-Indígena).

Na gestão 2014 foi possível realizar as atividades abaixo descritas:

- ✓ Realização de 04 reuniões do Grupo de Trabalho Indígena;
- ✓ Planejamento de 2014, aprovação de oficinas nos municípios e discussão sobre os caminhos para a distribuição dos recursos do KFW para o componente indígena;
- ✓ Aprovação de uma proposta de Critérios/ Parâmetros com base na Carta de Princípios, para Projetos Financiados com Recursos do Fundo Estadual de Floresta/SISA/ KfW - Frankfurt am Main – REM , que resultou em um Edital Indígena;
- ✓ Informação dos resultados do Edital Indígena-KFW e aprovação para realizar uma proposta do Subprograma Indigena dentro do Programa ISA Carbono. Se criou comissão do GTI para trabalhar junto com a CDSA uma proposta e apresentar ao GT Indigena para apreciação na próxima reunião programada para o dia 28 de novembro;

- ✓ discutir a proposta de Subprograma indígena e tratar da recomposição do Grupo de Trabalho Indígena – GTI.

Resultados alcançados GTI

REUNIÕES DO GT INDIGENA: Construção de um Edital Indígena para repartição dos benéficos dos recursos oriundos da KFW. Aprovação do GT para construir uma proposta do subprograma indígena dentro do Programa ISA Carbono, esse documento deverá ir para uma reunião ampliada (onde os membros do GT sugerem os demais participantes), a partir da conversa ampliada se delibera e valida o subprograma; considerando no futuro a construção de um Programa Indígena.

Beneficiários do GTI

- ✓ Povos indígenas do Estado do Acre.

3- Ouvidoria do SISA

A Ouvidoria está dentre os instrumentos de participação, gestão e controle do Sistema de Incentivos a Serviços Ambientais (SISA), e tem a função primordial de:

- ✓ Receber sugestões, reclamações e denúncias;
- ✓ Analisar e acompanhar a tramitação das denúncias recebidas, transmitindo as soluções ao interessado;
- ✓ Mediador de conflitos;
- ✓ Compartilhar informações/sugestões recebidas com fins de aperfeiçoar o SISA.

Resultados Alcançados SISA

Para atender os objetivos institucionais propostos, foi necessário fortalecer e estruturar o espaço físico destinado a ouvidoria, assim, al final da gestão de 2014 foi possível concretizar as seguintes ações:

- ✓ Foram nomeadas Ouvidoras do SISA as servidoras da Procuradoria Especializada de Meio Ambiente Natália Maria Porto Cordeiro(titular) e Bárbara Lima Pires da Silva (suplente), ambas com formação acadêmica em Direito (Portaria SEMA nº 46, de 20 de agosto de 2014).
- ✓ Foi definida a estrutura da Ouvidoria com a Secretaria de Estado de Meio Ambiente (SEMA). O Regimento Interno da Ouvidoria do SISA foi publicado no DOE nº 11.360, de 31 de julho de 2014, como anexo único do Decreto n° 8.102, de 25 de julho de 2014, contendo o prazo para as instituições estaduais responderem às demandas da Ouvidoria.
- ✓ Foram divididas as atribuições da SEMA e PGE para a estrutura e funcionamento da Ouvidoria, em um trabalho integrado de cooperação no âmbito das competências dessas duas instituições. A SEMA, portanto, ficou responsável pela coordenação e supervisão da Ouvidoria, enquanto que a PGE assumiu emprestar sua estrutura e profissionais qualificados para o exercício da função. A Ouvidoria está localizada nas dependências da Procuradoria Especializada de Meio Ambiente.
- ✓ Foi desenvolvida logomarca da Ouvidoria, em consonância com a identidade visual do SISA. Um texto de apresentação da Ouvidoria foi elaborado e divulgado pela Assessoria, juntamente com a logomarca, no título “Serviços” do portal do IMC (www.imc.ac.gov.br).

Finalmente podemos concluir que a Ouvidoria do SISA encontra-se estruturado e fortalecido, considerando que possui um espaço físico estruturado, em condições de atender a demanda da sociedade; possui também seu próprio Regimento Interno, onde se estabelece rotinas de trabalho e a gestão de processos a nível de Ouvidoria. O conjunto de ações alcançadas sem dúvida alguma que está proporcionando maior transparência e publicidade a Ouvidoria.

4- Comité Científico

O Comitê Cientifico, , exerce uma função de assessoria técnica sobre questões cientificas e técnicas relacionadas com a redução de emissões por desmatamento e degradação florestal.

Comitê Científico composto atualmente de 05 (cinco) membros, tem caráter consultivo e de orientação, vinculado ao IMC, de composição heterogênea formada por pesquisadores de renome nacional e internacional de diversas áreas das ciências. Sua finalidade é opinar sobre assuntos estratégicos dos programas, como questões técnicas, jurídicas e metodológicas relativas ao SISA para contribuir com a elaboração das normas complementares e garantir a qualidade cientifica das informações utilizadas para implementação do SISA e apoio ao seu funcionamento.

Anualmente o Comitê Cientifico revisa os relatórios de monitoramento e delibera sobre a quantidade de unidades de redução de emissões.

Os membros do Comité Científico são:

- ✓ Luiz Gylvan Meira Filho
- ✓ Daniel Nepstad
- ✓ Eufran Amaral
- ✓ Irving Foster Brown -
- ✓ Jose Antônio Sena do Nascimento

Atividades Realizadas

- ✓ Participação de um membro do comitê científico na conferencia Katoomba, no Paraná. O evento teve como objetivo adquirir compreensão comum dos maiores desafios enfrentados pelos atores da cadeia de valor da pecuária e da soja;
- ✓ Acompanhamento de membros do Comitê Científico junto a representantes do Banco KfW/REM, na missão de monitoramento do andamento e execução das atividades do projeto e seus resultados (KfW/REM).
- ✓ Participação de membros do comitê científico na COP 20 em Lima-Peru. A COP é a principal oportunidade para as nações mundiais negociarem e moldarem a contribuição para reduzir suas emissões de carbono, antes de um compromisso efetivo em Paris.
- ✓ Realização da reunião do Comitê Científico durante a vigésima conferencia da ONU sobre mudanças climáticas (COP 20) sediada em Lima-Peru, para

deliberar sobre a quantidade de Reduções de Emissões no período de 2013 e 2014 do Programa ISA Carbono do Acre.

- ✓ Aprovação do Relatório de Monitoramento IMC 2014/03 de 01 de dezembro de 2014, considerando a média de biomassa por hectare de 123 tC/ha e um fator de conversão padrão CO_2/C de 3,67 para o período de agosto de 2013 a julho 2014.

Resultados Alcançados

- ✓ Homologação dos cálculos das emissões reduzidas no ano 2014, tomando como referência dados do PRODES/INPE

Parcerias

- ✓ Embrapa
- ✓ Centro de pesquisa HRC
- ✓ Earth Innovation Institute
- ✓ Geo consulte
- ✓ Fundacao Getulio Vargas

META 2: Elaborar relatório de inventário de gases de efeito estufa do ano de 2014 (ano base 2012)

Esta meta foi desenvolvida através de um Termo de Cooperação Técnica firmado entre o Instituto de Mudanças Climática e Regulação Ambiental (IMC) e a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA – ACRE), que tem como objetivo a Elaboração do Inventário de Emissões Antrópicas e Sumidouros de Gases de Efeito Estufa do Estado do Acre ano base 2012.

O Estado do Acre é o primeiro estado da Amazônia a ter um Inventário de Gases de Efeito Estufa (GEE) e o quarto do Brasil a ter este instrumento, que se transforma numa base de dado e ciente para monitorar e avaliar as fontes e sumidouros no estado. O inventário contabiliza as emissões de carbono por unidade de massa de GEE, seguindo as Comunicações do Brasil à Convenção – Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças do Clima, constituindo-se em instrumento de trabalho para pesquisadores, estudantes, técnicos e tomadores de decisão envolvidos em ações de mitigação e adaptação às mudanças climáticas, a partir da implementação de Programas, Planos de Ação ou Projetos, de acordo com os princípios e critérios estabelecidos.

O inventário está estruturado em dois capítulos

No primeiro capítulo são apresentadas as estimativas setoriais (energia - termelétricas, transporte - fontes móveis veiculares, mudança no uso da terra e Florestas, agropecuária e disposição e tratamento de resíduos) das emissões antrópicas e sumidouros de GEE. Os destaques no capítulo são a abordagem no nível de detalhamento TIER 2 do Setor de Uso da Terra, Mudança no Uso da Terra e Floresta e a inserção da avaliação dos estoques totais de carbono por município.

No segundo capítulo são abordadas recomendações setoriais a partir dos resultados do inventário para o contexto atual do Estado do Acre. As emissões líquidas são relacionadas principalmente à mudança no uso da terra de florestas primárias e secundárias para atividades florestais e/ou agropecuárias. Já as remoções são relacionadas à regeneração natural da vegetação que acontece em

áreas abandonadas para descanso após a perda da capacidade de produção dessas áreas, seja para atividades agrícolas e/ou pecuárias.

Os setores de energia, transporte, mudança de uso do solo e Floresta apresentam a maior contribuição para as emissões de CO2. Os setores de transporte, agropecuária e de tratamento e disposição de resíduos apresentam a maior contribuição para as emissões de CH4. Os setores de energia e transporte apresentam a maior contribuição para as emissões indiretas de GEE. O balanço anual (diferença entre a emissão antrópica total e a remoção por sumidouros por tipo de GEE) do fluxo de CO2 em 2010 e 2012 no Estado do Acre é de 21.137 e 6.324 Gg, respectivamente, o que representa uma diferença de 14.813 Gg de CO2, correspondendo a 70% de redução no período.

O setor de mudança no uso da terra e floresta é a fonte de maior contribuição para a emissão de CO2, respondendo por 97,2% em 2010 e 90,3% em 2012. Os setores de energia e transporte são responsáveis por 0,50% e 2,3 % dessa emissão em 2010, e por 1,4% e 8,3% em 2012.

Entretanto, se por um lado, o setor de mudança no uso da terra e floresta é a fonte de maior contribuição para a emissão antrópica total de CO2, por outro este setor é responsável por 100% da remoção de CO2 atmosférico tanto em 2010 quanto em 2012 A remoção por sumidouros aumentou de 2010 para 2012, o que pode ser associado à redução da taxa anual de desmatamento e ao aumento da área e do crescimento de florestas secundárias no Estado do Acre.

Resultados Alcançados

A apresentação do sumário dos resultados das emissões antrópicas e remoções por sumidouros do Estado do Acre por unidade de massa de GEE segue as comunicações do Brasil à convenção.

As emissões líquidas são relacionadas à mudança no uso da terra de florestas primárias e secundárias para atividades florestais e/ou agropecuárias. Já as remoções são relacionadas à regeneração natural da vegetação que acontece em

áreas abandonadas para descanso após a perda da capacidade de produção, seja para atividades agrícolas e/ou pecuárias.

Os setores de energia, transporte, mudança de uso do solo e floresta apresentam a maior contribuição para as emissões de CO_2. Os setores de transporte, agropecuária e de tratamento e disposição de resíduos apresentam a maior contribuição para as emissões de CH_4. Os setores de energia e transporte apresentam a maior contribuição para as emissões indiretas de GEE (CO, NMHC, NOx e MP) (Tabela 1).

O balanço anual (diferença entre a emissão antrópica total e a remoção por sumidouros por tipo de GEE) do fluxo de CO_2 em 2010 e 2012 no Estado do Acre é de 21.137 e 6.324 Gg, respectivamente, o que representa uma diferença de 14.813 Gg de CO_2, correspondendo a 70% de redução no período. O setor de mudança no uso da terra e floresta é a fonte de maior contribuição para a emissão de CO_2, respondendo por 97,2% em 2010 e 90,3% em 2012. Os setores de energia e transporte são responsáveis por 0,50% e 2,3% dessa emissão em 2010, e por 1,4% e 8,3% em 2012. Entretanto, se por um lado, o setor de mudança no uso da terra e floresta é a fonte de maior contribuição para a emissão antrópica total de CO_2, por outro esse setor é responsável por 100% da remoção de CO_2 atmosférico tanto em 2010 quanto em 2012.

As emissões de CH_4, NMHC e NOx em 2012 aumentaram em relação a 2010, com percentuais de 3%, 14% e 10%, respectivamente, enquanto as emissões de CO e MP diminuíram em 13% e 77%. Os aumentos podem ser atribuídos ao maior consumo de combustível decorrente da geração de energia elétrica em motores estacionários e da frota de veículos no Estado do Acre entre 2010 e 2012. As reduções são atribuídas à atualização das informações sobre a frota de motocicletas, que, embora tenha aumentado de 2010 para 2012, é constituída por veículos relativamente novos, logo com menor fator de uso, e, portanto, menor potencial emissor de CO e MP.

A remoção por sumidouros aumentou de 2010 para 2012, o que pode ser atribuído à redução da taxa anual de desmatamento e ao aumento da área e do crescimento de florestas secundárias no Estado do Acre.

É importante ressaltar que a estimativa para os tipos de GEE, constante neste inventário para o ano de 2010, dos setores de transporte e agropecuária é diferente daquela apresentada no inventário ano-base 2010 (COSTA et al., 2012).

Contexto municipal

O estoque total de carbono no Acre em 2010 foi de 3,17 bilhões de megagramas. Em 2012 esse estoque foi reduzido para 3,16 bilhões de megagramas, dos quais 66% estavam estocados na vegetação.

Os municípios que apresentaram o maior estoque total de carbono foram Feijó, Sena Madureira e Tarauacá, cujo somatório totalizou 1,4 bilhão de megagramas de carbono, correspondendo a 44% do estoque total do Estado do Acre. Os municípios que possuem menores estoques são Senador Guiomard, Acrelândia e Plácido de Castro, em função da área desmatada, com a maior proporção do estoque ocorrendo nos solos, enfatizando a importância do manejo de solos com práticas conservacionistas.

Beneficiários

Produtores rurais, Técnicos, Gestores Públicos e técnicos de várias organizações sociais que atuam na área ambiental no Estado do Acre. Ainda podemos citar como beneficiários a comunidade científica Nacional e Internacional.

Parcerias

- ✓ Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA/ACRE

Av. Nações Unidas, nº 233, 2º Andar – Bosque - Rio Branco - Acre - Brasil /CEP. 69.909-720
Fone- Fax: (68) 3223-1933 / 3223-9962
E-mail: gabinete.imc@ac.gov.br

META 3: Implementar o programa ISA Carbono estabelecido na Lei 2.308/2010

O SISA opera através de programas relacionados aos serviços ambientais. O primeiro programa, Programa ISA CARBONO, tem como principal objetivo promover a redução progressiva, consistente e duradoura das emissões de gases de efeito estufa, oriundas de desmatamento e degradação florestal – REDD. Também visa alcançar a meta voluntária definida em 2010 no Plano Estadual de Prevenção e Controle do Desmatamento do Acre – PPCD/AC, e dessa forma estabelecer um novo padrão de sustentabilidade de uso da terra e dos recursos naturais.

O programa ISA carbono incorpora os incentivos e projetos relacionados à redução de emissões por desmatamento e degradação florestal – REDD+, onde o objetivo é valorizar o estoque de carbono do estado. Os principais incentivos relacionados a este programa incluem: a promoção da transição da produção agropecuária para sistemas mais produtivos, reduzindo sua necessidade de expansão e, portanto, evitando novos desmatamentos; o aumento do valor econômico da floresta em pé, visando melhorar a qualidade de vida dos povos dependentes da floresta e aumentar a conservação das florestas; e, finalmente, a distribuição de benefícios por serviços ambientais.

É importante destacar o conceito de transformar os provedores dos serviços ambientais que conservam, preservam e recuperam os ativos florestais como o carbono em beneficiários, através de remuneração baseada em resultados adequadamente documentados e verificados de redução das emissões de desmatamento. A repartição dos benefícios respeita tanto a redução de fluxo como a conservação do estoque de carbono florestal.

Constitui-se assim, no marco legal de um Programa Jurisdicional Subnacional para redução de emissões por desmatamento e degradação florestal, bem como do manejo florestal sustentável e da recuperação e aumento dos estoques de carbono através das atividades de sequestro pelo reflorestamento.

Av. Nações Unidas, nº 233, 2º Andar – Bosque - Rio Branco - Acre - Brasil /CEP. 69.909-720
Fone- Fax: (68) 3223-1933 / 3223-9962
E-mail: gabinete.imc@ac.gov.br

Atividades Realizadas

Foram várias as ações realizadas no sentido de implementar o programa jurisdicional ISA Carbono, envolvendo estudos, normatização e registro.

A seguir, relatamos as principais ações realizadas através de Contratos de Consultoria e Termos de Cooperação Técnica com a EMBRAPA:

a- Consultoria Jurídica – Ludovino Lopes:

- ✓ Relatório sobre a revisão do instrumento de cooperação entre os Estados do Acre e São Paulo;
- ✓ Parecer jurídico sobre a titularidade dos créditos de REDD pelo Estado do Acre.
- ✓ Relatório ou parecer jurídico sobre a adequação e conformidade do standard à legislação federal e estadual;
- ✓ Relatório de acompanhamento Técnico/Jurídico referente à realização do Sistema de Registro do Acre junto as entidades nacionais e internacionais;
- ✓ Relatórios de acompanhamento Técnico/Jurídico e Regulamentos Técnicos de Incorporação do Standard JNRI no Estado;
- ✓ Relatórios de acompanhamento Técnico/Jurídico e Regulamentos Técnicos de Incorporação dos Convênios e/ou Memorandos de Entendimento entre o Estado do Acre e Estado de São Paulo;
- ✓ Relatórios de acompanhamento Técnico/Jurídico e Regulamentos Técnicos de Incorporação dos Convênios e/ou Memorandos de Entendimento entre o

Estado do Acre e Estado do Rio de Janeiro;

- ✓ Relatórios de acompanhamento Técnico/Jurídico e Regulamentos Técnicos de Incorporação dos Convênios e/ou Memorandos de Entendimento entre o Estado do Acre e o Estado da Califórnia;

- ✓ Análise de documentos, assessoria técnica em procedimentos de implementação do SISA e elaboração de minutas jurídicas para estabelecimento de relações jurídico-legais com entidades nacionais e internacionais no âmbito da implementação do SISA;

- ✓ Relatórios de acompanhamento Técnico/Jurídico e Regulamentos Técnicos de Incorporação do Standart JNRI no Estado;

- ✓ Elaboração da minuta da Instrução Normativa que regulamenta o inciso IV do art. 7° da Lei Estadual n° 2.308 de 22 de outubro de 2010, disciplinando o procedimento de pré registro e registro de planos de ação e projetos especiais no âmbito do Programa de Incentivos a Serviços Ambientais – Carbono (ISA Carbono), do Sistema Estadual de Incentivos s Serviços Ambientais – SISA.

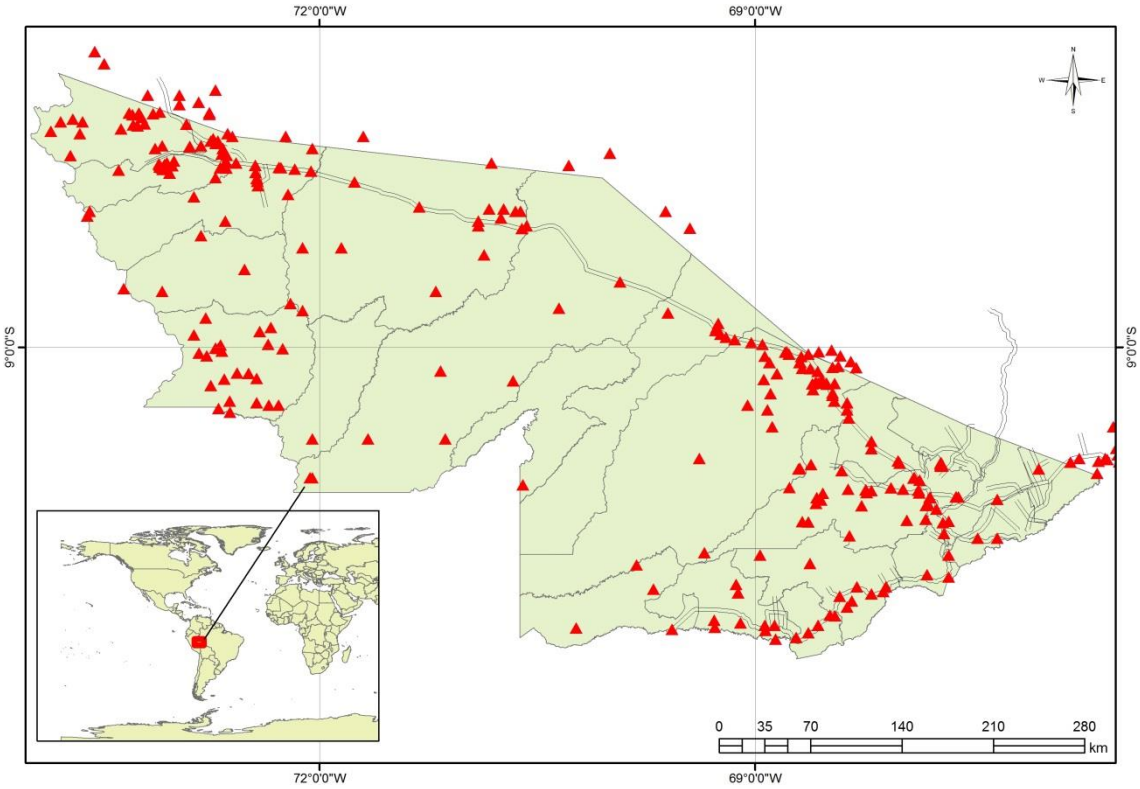
- ✓ Elaboração do Programa Jurisdicional Subnacional de Incentivos a Serviços Ambientais do Carbono do Estado do Acre, Brasil – PROGRAMA ISA CARBONO DO ACRE.

b- Cooperação Técnica – EMPRAPA:

1- Mapeamento De Estoques De Carbono Por Classes De Solos Do Estado Do Acre

Área de Estudo

Os estudos foram realizados em diferentes pontos do Estado do Acre, onde foram coletadas amostra de solos, que permitiu analisar as características morfológicas, químicas, físicas e mineralógicas que compõem as principais unidades de mapeamento dos solos acreanos.



Localização dos perfis de solos que foram utilizados para estimarem o estoque de carbono nos solos do acre.

O estudo baseou-se em levantamentos de solos em escala regional e local. Em escala regional selecionou-se os principais domínios que compõem a paisagem do Estado, com informações de solos e mudança de uso da terra. Em escala local, informações detalhada de solos (perfis e amostras extras) em profundidades de até um metro para avaliar o estoque de C nesta profundidade.

O estoque de carbono dos principais solos do Acre foi estimado usando uma base cartográfica de solos na escala de 1:250.000 e, informações analíticas de 270 perfis.

Os estoques de carbono ($kg.m^{-2}$) por horizontes foram calculados multiplicando a concentração de C ($dag.kg^{-2}$), densidade do solo ($kg.m^{-3}$) e espessura do horizonte (cm). Os estoques de C ($kg.m^{-2}$) por perfil de solo foram calculados para duas profundidades, 0-20 cm e 30-100 cm. O cálculo consistiu da soma dos estoques dos horizontes contidos nas profundidades estabelecidas.

Resultados Alcançados

Os solos no Estado do Acre têm sua gênese a partir de depósitos sedimentares com idade Cenozóica (entre 65 e 23,5 milhões de anos), da Formação Solimões, onde ocorrem desde solos mais intemperizados (velhos) como Argissolos até solos jovens como os Vertissolos. Praticamente, todo o território acreano é recoberto por rochas sedimentares, com ocorrência de afloramento do cristalino apenas no extremo oeste, na Serra do Divisor (Cavalcante, 2006a).

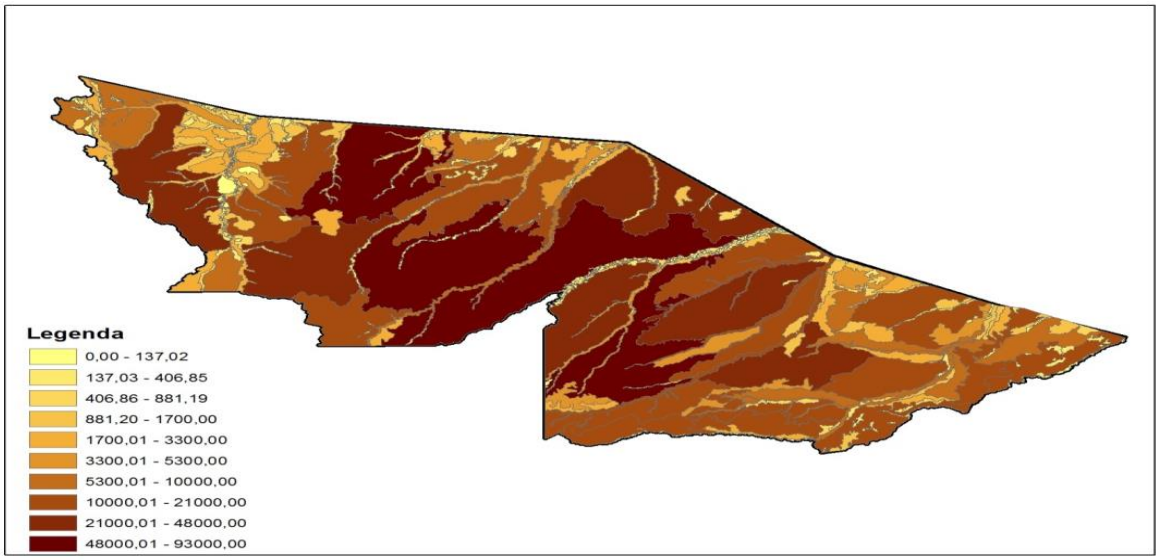
Os solos têm uma relação estreita com a paisagem (vegetação natural, geologia e geomorfologia). Do ponto de vista geológico, trata-se de solos jovens, formados a partir de processos geológicos, como diversas transgressões marinhas do último período interglacial, seguidas por períodos áridos que possibilitaram o acúmulo de carbonatos e sulfatos de cálcio no solo, o que formou em algumas áreas processos erosivos, associados à última fase da epirogênese andina, que transportaram para os locais materiais vulcânicos, trazidos por processos de erosão hídrica ou eólica (Araújo, 2005).

Os solos no Acre apresentam características peculiares, principalmente, por serem de uma região de acúmulo de sedimentos oriundos da Cordilheira dos Andes, possuírem características vérticas, solos que possuem argila de atividade alta e apresentarem fendas no período seco que podem a vir a danificar o sistema radicular e tornam-se de difícil manejo, e de eutrofismo, solos ricos quimicamente, pouco comum para a Amazônia.

Av. Nações Unidas, nº 233, 2º Andar – Bosque - Rio Branco - Acre - Brasil /CEP. 69.909-720
Fone- Fax: (68) 3223-1933 / 3223-9962
E-mail: gabinete.imc@ac.gov.br

Estoque de Carbono nos solos do Acre

O mapa de estoque de carbono dos solos do Estado do Acre em escala de 1:250.000 foi obtido a partir das medianas do conteúdo de carbono de cada classe de solo predominante em cada polígono da base cartográfica de solos, no ambiente do programa desenvolvido pela ESRI, ArcGIS 10.1



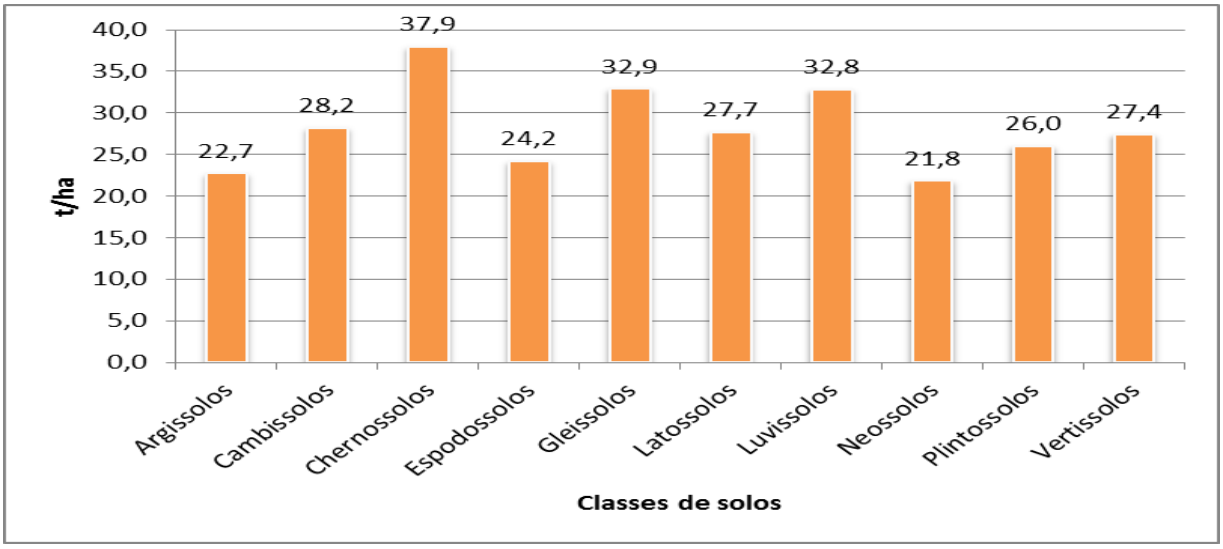
Estoque de carbono por classe de solos no Estado do Acre.

Verifica-se que os maiores teores localizam-se nos solos com maior cobertura vegetal (região central), ou seja, altos teores de carbono orgânico devido ao baixo impacto de uso da terra nessa região do Estado. Quando somados todos os estoques por classes de solos verificou-se entre 1,1 +/- 0,12 bilhões de toneladas de C nestes solos.

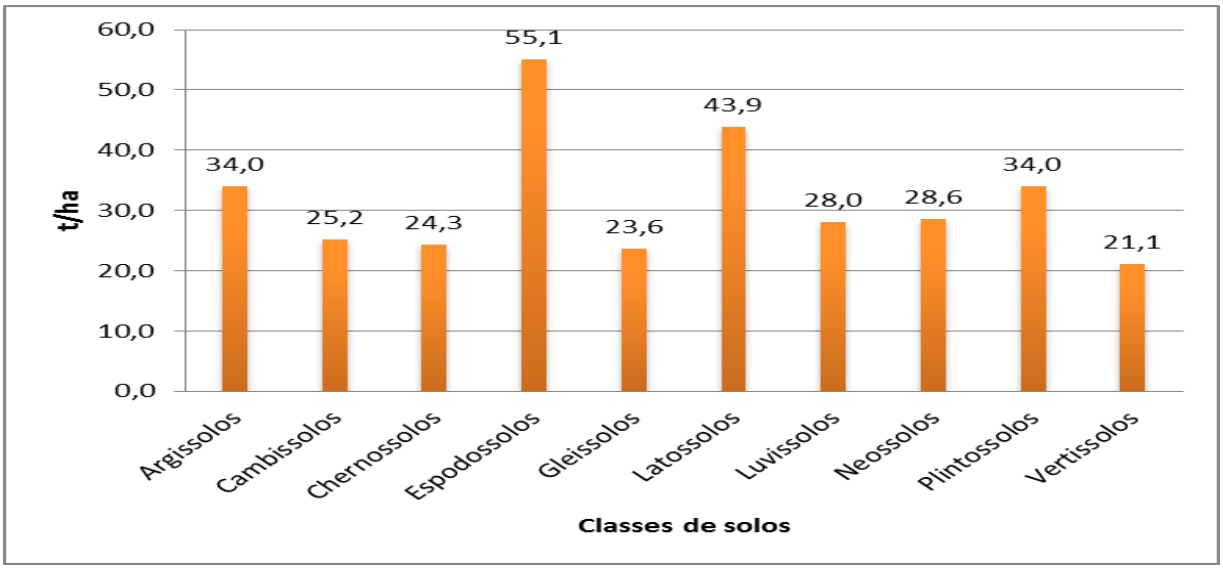
O estoque de carbono de todas as classes de solos do Estado variou entre 21,8 a 37,9 t/ha para 0-20 cm (superficial) e de 23,6 a 55,1 t/há para 30-100 cm.

Nas 03 primeiras ordens em termos de área no Estado que são Argissolos, Cambissolos e Luvissolos, o estoque de carbono variou de 22,7, 28,2 e 32,8 t/há

sendo que os maiores valores de C encontram-se na classe dos Chernossolos, na profundidade de 0-20 cm (superficial).

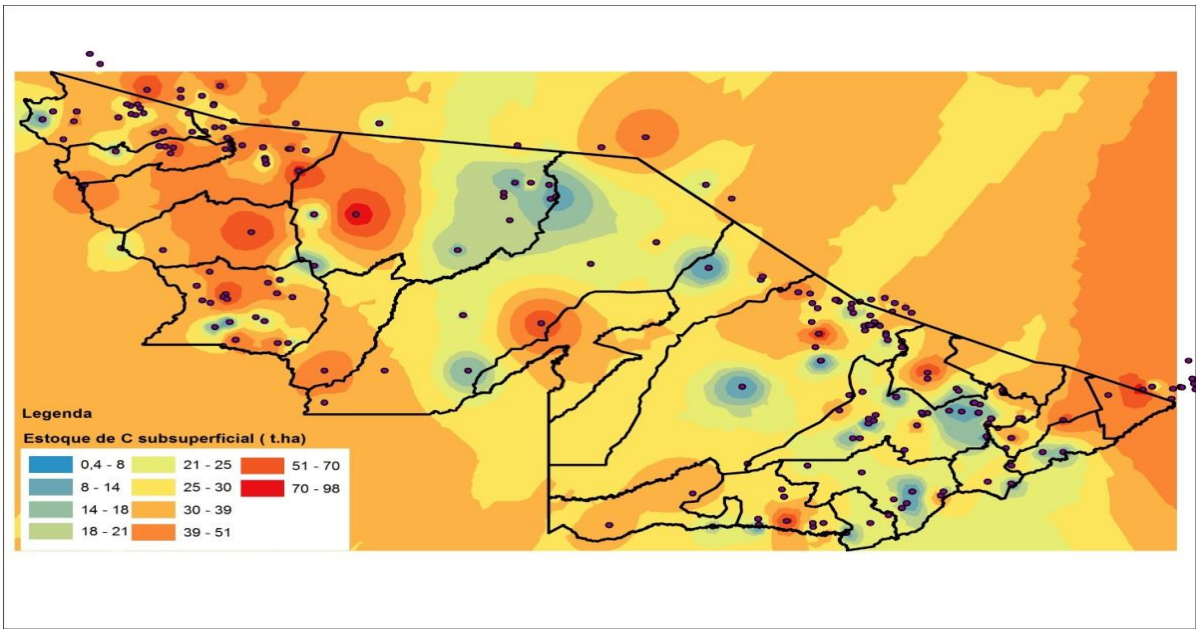


Distribuição dos teores de C nos horizontes superficiais das principais classes de solos do Estado do Acre (1:250.000).



Distribuição dos teores de C nos horizontes subsuperficiais das principais classes de solos do Estado do Acre (1:250.000).

Verificou-se que os maiores teores de C nos solos do Estado do Acre estão na porção subsuperficial (30-100 cm), ou seja, até 1m de profundidade, no entanto, apresentam valores mais baixos quando comparados com solos de outras regiões da Amazônia.



Estoque de C em subsuperfície nos solos do Estado.

Parcerias

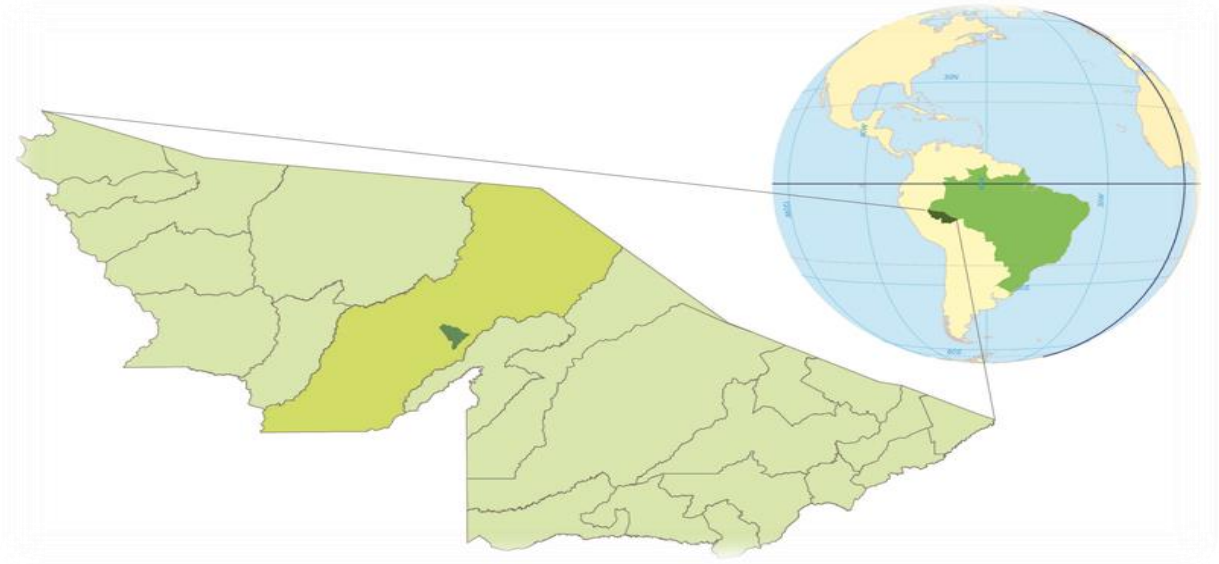
- ✓ Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA/ACRE

2- Etnoconhecimento E Agrobiodiversidade Entre Os Kaxinawa Do Nova Olinda

Área de Estudo

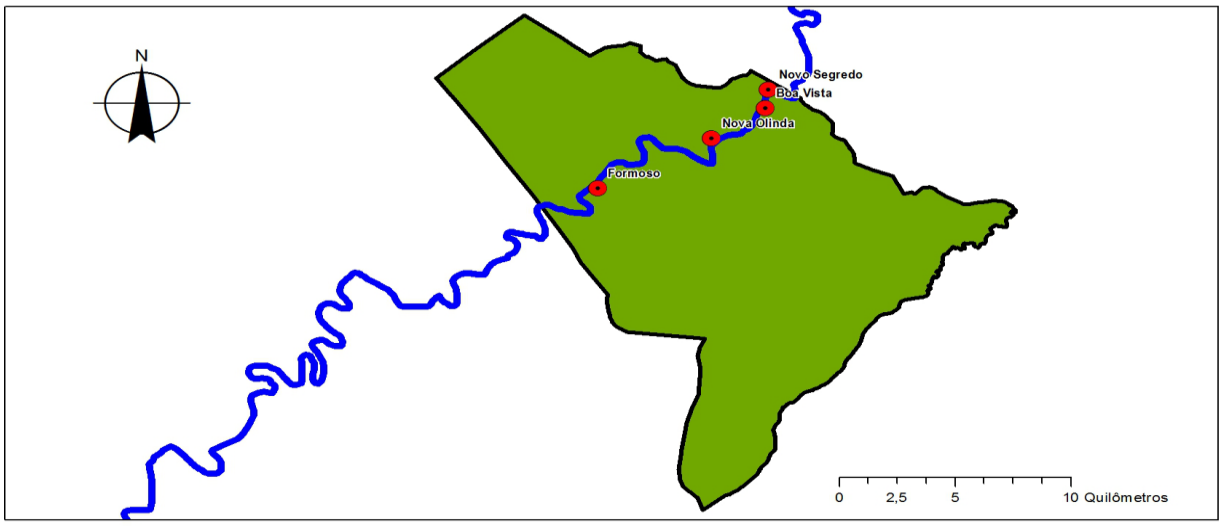
Os trabalhos relativos ao estudos de etnopedologia foi realizado nas áreas indígenas dos Kaxinawa do Nova Olinda, onde foram estudados os aspectos etnopedológicos na estratificação dos solos pelos indígenas kaxinawa da Terra Indígena Kaxinawa do Nova Olinda fortalecendo o diálogo entre saberes e permitindo a percepção integrada de um sistema de classificação indígena.

A área de estudo está situada na região do Alto Rio Envira, município de Feijó, no Estado do Acre (Figura 1) na Terra Indígena Kaxinawá de Nova Olinda que possui uma superfície de cerca de 24.000 ha.



Localização da TI Kaxinawa do Nova Olinda, Feijó, Acre, Brasil.

A Terra Indígena Kaxinawa Nova Olinda foi homologada em 1991 e possui uma população de 366 pessoas distribuídas em 69 famílias que vivem em quatro aldeias. Além destas comunidades consideradas aldeias, algumas famílias formam nove outros grupos de moradias em locais distantes, porém politicamente ligados a alguma das quatro aldeias. A população é composta em sua grande maioria por descendentes de famílias Huni Kui que ocupavam principalmente a região dos Seringais Porto Rubim e Nova Olinda na época dos primeiros contatos pacíficos com os brancos na primeira década do século XX (SEMA, 2011).



Localização das aldeias na TI Kaxinawa do Nova Olinda, Feijó, Acre, Brasil

Resultados Alcançados

As rodas de conversa nas quais se estruturou uma listagem sobre as variáveis utilizadas na classificação local dos solos revelaram que os indígenas priorizavam nove variáveis: forma da terra (mae betsa betsa pabu), tipo de barro (mae huse husipa), vegetação (ni), cor(ushna), rachadura (kexa), raízes (tapû), água (êpash), pedra (mashash) e massapê (kaya), em ordem de importância.

Os Kaxinawas tem uma relação intensa com seu território, de uma lado preservando a floresta e de outro fazendo conversão da mesma para a produção agrícola e pecuária. Foram identificados três grandes ambientes de uso: as terras baixas associadas as margens dos cursos de água utilizada para o cultivo da banana; as praias para os plantios de verão e as terras firmes e altas para os plantios anuais ou de inverno.

A paisagem (Mae betsa betsa pabu) foi estratificada em seis ambientes, desde áreas de baixadas com excesso de umidade até os divisores de água (porção mais elevada da paisagem), demonstrando um profundo conhecimento de ambientes pelos indígenas.

As áreas associadas às margens do rio Envira são chamadas de matxi kaya kesha e se constituem em áreas planas tabulares com altitude média de 210 m (baixa), declividade muito baixa e amplitude altimétrica muito baixa. Se constituem nos terraços recentes do rio Envira e apresentam uma dinâmica peculiar de deposição de sedimentos em função das enchentes do rio Envira. Nestas áreas os solos são mais arenosos e férteis.

As áreas próximas às redes de drenagem em depressão são chamadas de mae papã e se constituem em áreas planas tabulares com altitude média de 220 m (baixa), declividade muito baixa e amplitude altimétrica baixa. Se constituem nos terraços mais antigos e áreas de meandros abandonados do rio que tem como principal característica o excesso de umidade nos solos.

As áreas denominadas de mae txeima ocupam o grupo de áreas de terra firme e tem uma altitude média de 240 m. Se constituem em áreas com relevo colinoso e com perfil côncavo de vertentes côncavas, declividade alta (20% a 50%) e amplitude

altimétrica baixa. Se constituem em unidades geomorfológicas mais desenvolvidas que os terraços e com solos pouco desenvolvidos.

As áreas denominadas de mae matxi manã ocupam o grupo de áreas de terra firme, com uma altitude média de 260 m. Se constituem em áreas com relevo colinoso e com vertentes convexas, declividade média (6% a 20%) e amplitude altimétrica baixa. Se constituem em unidades geomorfológicas mais desenvolvidas e com solos moderadamente desenvolvidos.

As áreas dos divisores de água, que se constituem nas áreas com maior altitude (270 m, em média) são chamadas de matxi pashku kesha txeima e se constituem em áreas com relevo suave ondulado e declividade baixa e amplitude altimétrica muito baixa. Nestas áreas os solos são mais siltosos.

Os ambientes estão associados a componentes pedológicos distintos e se constituem numa das variáveis de fácil percepção e associação pelos indígenas.

Etnomapeamento

Para a realização do etnomapeamento foi considerado o mapa pedológico na escala de 1:100.000 e o primeiro componente da unidade de mapeamento como predominante na mancha de solo.

A maior extensão (47,7 % da terra indígena) é ocupada pelo Massapê pintado (mai kuî sesea), que ocupa as áreas de baixada em relevo plano com altitudes médias de 216 metros. Estas áreas são cultivadas principalmente com banana (mani) e são de fácil identificação pela coloração da plintita, pelo ambiente de ocorrência e pela textura argilosa. Estas áreas são ocupadas predominantemente pelos Plintossolos Argilúvicos, em associação com Plintossolos Háplicos e Gleissolos Háplicos.

Os kaxinawas, utilizando estas variáveis permitiram construir a base de uma classificação etnopedológica consistente e prática para servir de base para a gestão de seu território e base para o diálogo com outras comunidades indígenas.

Mapa etnopedológico da TI Kaxinawa Nova Olinda traduz a percepção múltipla do recurso solo através de sua percepção e se constitui num instrumento para intermediar diálogos entre técnicos, indígenas e outros atores importantes na gestão

da TI. Além disso fornecer uma visão da complexidade e extensão das unidades de mapeamento no território.

Parcerias

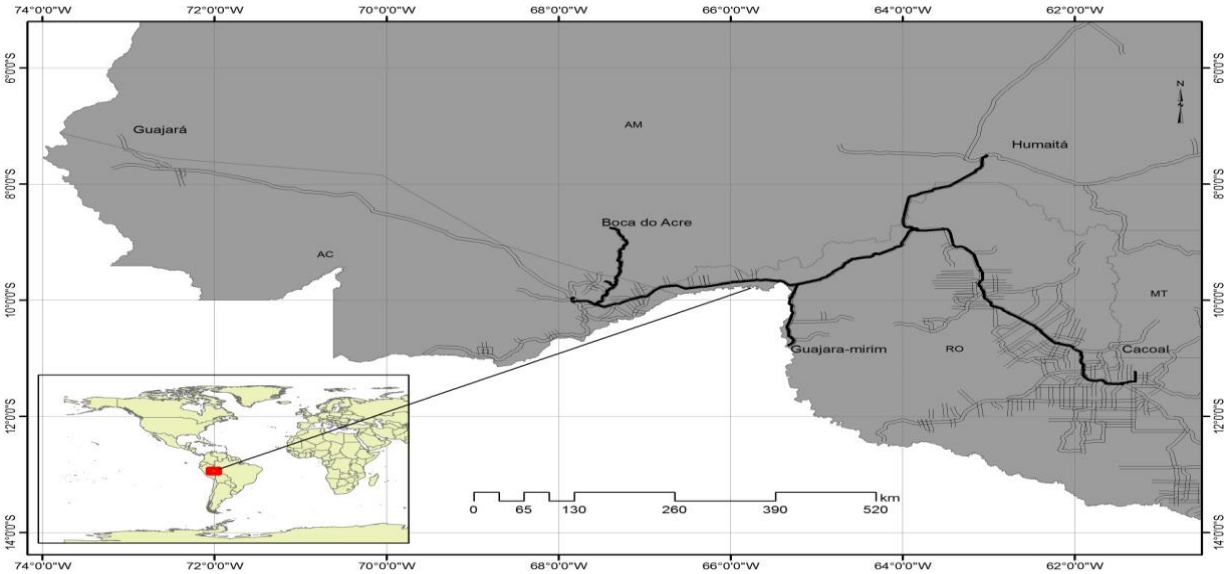
- ✓ Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA/ACRE

3- Mapeamento De Estoques De Carbono E Vazamento De Desmatamento Entorno Do Estado Do Acre

Os trabalhos de mapeamento do estoque de carbono e vazamento de desmatamento, consistiu na coleta de pontos de uso da terra e amostras superficiais de solos e elaborar o mapa de estoques de carbono entorno do Estado do Acre ao longo do eixo das principais rodovias.

Área de Estudos

Os estudos do território foram realizados ao longo dos eixos das principais rodovias que permitem acessos as cidades próximas ao Estado do Acre: BR 317 – Boca do Acre; BR 364 – Cacoal/Aripuanã; RO 420 – Guajará-Mirim; BR 319 – Humaitá/AM e BR 364 Guajará/AM.



Localização da área de estudo (território) na Amazônia Brasileira e no detalhe, no globo.

A importância de estudar a região deve-se ao uso comum da mesma no qual predomina as pastagens, em sua grande maioria degradada, além de ser uma área de intenso vazamento de desmatamento com limitações de solos e paisagens com baixa resiliência, muito comum com as características acreanas.

O estudo baseou-se em levantamentos de solos em escala regional e local. Em escala regional selecionou-se os principais domínios que compõem a paisagem do Estado, com informações de solos e mudança de uso da terra. Em escala local, informações de solos (amostras extras) em profundidades de até 40 cm para avaliar o estoque de C nesta profundidade.

Os estoques de carbono ($kg.m^{-2}$) por horizontes foram calculados multiplicando a concentração de C ($dag.kg^{-2}$), densidade do solo ($kg.m^{-3}$) e espessura do horizonte (cm). Os estoques de C ($kg.m^{-2}$) por perfil de solo foram calculados para 0-40 cm. O cálculo consistiu da soma dos estoques dos horizontes contidos na profundidade estabelecida.

Resultados Alcançados

Em escala global, os solos estocam pelo menos duas vezes mais carbono (C) do que a atmosfera. Consequentemente, as mudanças nos estoques de C do solo têm potencial para desempenhar um papel importante nas 2 variações interanuais à decadais do ciclo global de C, e o manejo de C durante mudança no uso da terra pode ser significativo em termos do comprometimento regional e nacional de C.

Na Bacia Amazônica, as incertezas sobre o grau de mudança que os estoques de C do solo de grandes áreas de florestas intactas sofrerão com o clima e aumento de CO2, ou com futuras mudanças na cobertura vegetal ou no uso da terra impõem limites à nossa habilidade de estimar futuras respostas entre estoques de C do ecossistema e níveis de CO2 atmosférico [Cox et al., 2000; Friedlingstein et al., 2006] citados por Trumbore & Camargo, 2009.

Os estoques de C do solo têm variação local decorrente de fatores como a topografia e manejo da terra e, em escala regional, como o material parental do solo e a geologia subjacente [Cerri et al., 2004; Holmes et al., 2004, 2006].

Assim, torna-se imprescindível os estudos locais de solos e paisagens para predizer, monitorar e indicar manejos adequados de uso da terra, para que se aumentem o conteúdo de matéria orgânica nos solos e, consequentemente, os estoques de C nos mesmos.

No município de Humaitá no Amazonas, foi realizada a identificação de vazamentos de desmatamento ao longo das rodovias com grande predomínio de pastagens e, com alta intensidade de Focos de Calor.

Para os municípios de Cacoal em Rondônia e Aripuanã no Mato Grosso, foram definidos ao longo da BR 364 (cerca de 2km de uma margem a outra) os principais tipos de solos com predomínio dos Argissolos e Latossolos Vermelhos, que são solos mais intemperizados (velhos) e com pobreza química (distróficos) e, boas características físicas, ou seja, textura e densidade de solo.

No município de Guajará-mirim no Estado do Rondônia foram identificados os principais pedoambientes ao longo da rodovia, desde ambientes com solos mais jovens e em áreas mais baixas como Plintossolos até solos mais velhos e com presença de rocha como os Latossolos.

A principal classe de solo que predomina no trecho, como também, na região é o Argissolo Vermelho e Argissolo Vermelho Amarelo com textura média a argilosa, o relevo suave ondulado e com muito baixa fertilidade natural.

Em termos de estoque de C nos solos a área de estudo é muito parecida com a região de Cacoal, também em Rondônia, com altos teores de C nas classes de solos Argissolos Vermelhos e Latossolos Vermelhos, que são solos com boas características físicas e bastante distróficos.

Finalmente, na região do baixo Juruá foi estudado o trecho que liga as cidades de Cruzeiro do Sul a Guajará no Amazonas. Apresenta uma paisagem com solos rasos e arenosos em relevo ondulado, vulnerabilidade muito alta e grande propensão a erosão devido ao material de origem bastante arenoso.

Os tipos de solos que predominam na região são os Argissolos Amarelos e Latossolos Amarelos. Com textura média e predomínio da areia fina, ou seja, solos bastante distróficos com alto poder de lixiviação de bases trocáveis e altamente

erosivos, sobretudo, pelo relevo ondulado e o uso da terra com pastagens em alto nível de degradação.

São solos que apresentam baixos teores de carbono em superfície. O que resulta em baixos estoques de C nesta profundidade e, obviamente, nestes tipos de solos.

Parcerias

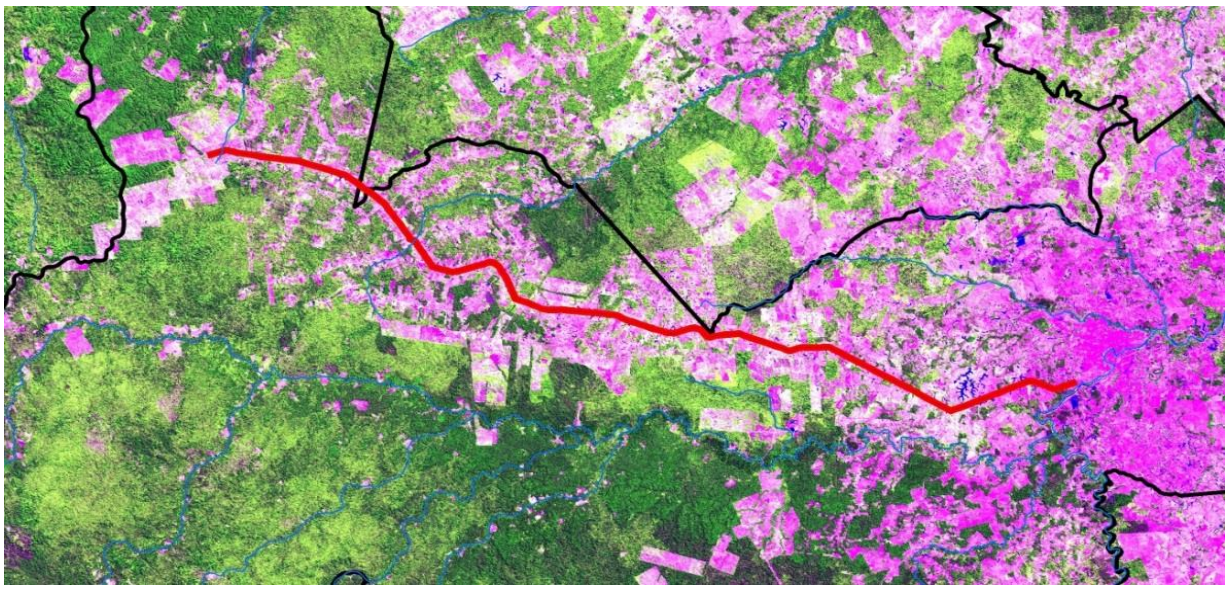
- ✓ Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA/ACRE

4- Estudos Pedológicos De Alta Resolução Na Região De Influência Da Transacreana

Os estudos pedológicos de alta resolução na região de influencia da transacreana consiste na realização de estudos pedológicos de alta resolução no eixo (faixa de 2 km de cada margem) da transacreana – AC-09

Área de Estudo

A rodovia AC-09 (transacreana) está localizado no município de Rio Branco, onde se localiza a capital do Estado do Acre, está situado na Amazônia Ocidental. Abrange uma extensão de 91 km.



Eixo da transacreana (em vermelho) situado no município de Rio Branco (limites em preto).

Resultados Alcançados

Os principais solos da Transacreana em termos de 1º nível categórico pertencentes ao primeiro componente das unidades de mapeamento em ordem decrescente de expressão territorial são: ARGISSOLOS (55,5 %), LUVISSOLOS (34,6 %), PLINTOSSOLOS (9,4 %) e NEOSSOLOS (0,5 %). Na Figura 2 pode-se observar a distribuição dos solos no eixo da transacreana considerando-se o primeiro nível categórico.

As unidades de mapeamento de solos delimitadas na transacreana, de acordo com a metodologia e critérios utilizados, estão diferenciadas em 12 unidades de mapeamento distribuídas da seguinte forma: 07 (sete) unidades tendo como componente principal o ARGISSOLO VERMELHO-AMARELO como componente principal, compreendendo uma superfície de 19.305 hectares (52,1% da área de estudo); 01 (uma) unidade de ARGISSOLO AMARELO, ocupando 1.265 hectares (3,4% da área de estudo); 1 (uma) unidade tendo o PLINTOSSOLO ARGILÚVICO como componente principal, com área de 1.059 hectares (2,9% da área de estudo); 04 (quatro) unidades tendo o PLINTOSSOLO HÁPLICO como componente principal, com área de 2.403 hectares (6,5% da área de estudo); 03 (três) unidades tendo o LUVISSOLO HÁPLICO como componente principal, com área de 12.829 hectares (34,6% da área de estudo) e 01 (uma) unidade tendo o NEOSSOLO FLÚVICO como componente principal, com área de 178 hectares (0,5 % da área de estudo).

Os argissolos são solos constituídos por material mineral, que têm como características diferenciais a presença de horizonte B textural de argila de atividade baixa, ou alta conjugada com saturação por bases baixa ou caráter alítico. O horizonte B textural (Bt) encontra-se imediatamente abaixo de qualquer tipo de horizonte superficial, exceto o hístico, sem apresentar, contudo, os requisitos estabelecidos para serem enquadrados nas classes dos Luvissolos, Planossolos, Plintossolos ou Gleissolos (Embrapa, 2006).

Foram mapeados na transacreana Argissolo Vermelho-Amarelo (solos de cores vermelho-amareladas e amarelo-avermelhadas) e Argissolo Amarelo (solos com matiz 7,5YR ou mais amarelos na maior parte dos primeiros 100 cm do horizonte B (inclusive BA)).

Os Argissolos apresentam drenagem deficiente e baixa fertilidade natural, em razão do processo de formação e do material de origem com pequenos estoques de minerais.

O caráter álico[1] e o caráter alítico[2] conferem restrições químicas severas em função do excesso de alumínio no complexo de troca. Aqueles com caráter Distrófico[3] possuem menores restrições que os alícos e alíticos, porém ainda são baixos os teores de cátions básicos, o que requer o uso de adubos e corretivos.

Aqueles que são distróficos e apresentam argila de atividade alta apresentam ainda como restrição as características físicas que podem impedir ou ser fator de forte restrição para algumas culturas.

Por estarem muitas vezes associados às condições de relevo mais movimentado, são também bastante suscetíveis à erosão. A presença de caráter plíntico em alguns Argissolos torna-se um importante indício de impedimento de drenagem e de restrição para culturas não adaptadas.

ARAÚJO et al. (2004) em estudo sobre as alterações de solo ocorridas em ARGISSOLO VERMELHO AMARELO Distrófico sob diferentes usos na região leste do Estado do Acre, concluiu que a maioria dos nutrientes (Ca2+, Mg2+, K+ e P) e carbono orgânico encontram-se em teores baixos, concentrados nos primeiros centímetros do solo, tendendo a um incremento com o tempo de uso, ou seja, na sucessão mata-pastagem. A matéria orgânica do solo concentra-se nos primeiros centímetros de solo e a densidade foi mais elevada no ecossistema de pastagem.

Segundo a Embrapa (2006) os Luvissolos são solos constituídos por material mineral, com argila de atividade alta, alta saturação por bases e horizonte B textural imediatamente abaixo de horizonte A fraco ou moderado ou proeminente ou horizonte E, e satisfazendo os seguintes requisitos:

---

[1] *Refere-se à condição em que o solo se encontra em estado dessaturado e caracterizado por teor de alumínio extraível $\geq$ 4 cmolc/kg de solo associado à atividade de argila < 20 cmolc/kg de argila, além de apresentar saturação por alumínio (100 $Al^{+3}/S + Al^{+3}$) $\geq$ 50% e/ou saturação por bases (V% = 100 S/T) < 50%.*

[2] *Refere-se à condição em que o solo se encontra dessaturado e apresenta teor de alumínio extraível $\geq$ 4 cmolc/kg de solo, associada à atividade de argila $\geq$ 20 cmolc/kg de argila e saturação por alumínio (100 $Al^{+3}/S + Al^{+3}$) $\geq$ 50% e/ou saturação por bases (V% = 100 S/T) < 50%.*

[3] *Solos que apresentam baixa saturação de bases (V<50%).*

horizontes plíntico, glei e plânico, se presentes, não satisfazemos critérios para Plintossolos, Gleissolos e Planossolos, respectivamente; não é coincidente com a parte superficial do horizonte B textural;

horizonte glei, se ocorrer inicia-se após 50 cm de profundidade, não coincidindo com a parte superficial do horizonte B textural.

Na Transacreana foram mapeados Luvissolos Háplicos que se constituem em solos pouco cromados na maior parte do horizonte B.

Estão normalmente associados a relevo mais movimentado e a solos pouco profundos, conferindo-lhes relativo grau de susceptibilidade à erosão, o que, aliado ao fato de apresentarem drenagem deficiente, restringe seu uso agrícola, apesar da elevada fertilidade natural.

Os Plintossolos são solos de expressiva plintitização com ou sem formação de petroplintita. Nestes solos ocorre uma segregação localizada de ferro, atuante como agente de cimentação, com capacidade de consolidação acentuada e há uma preponderância e profundidade de manifestação de atributos evidenciadores da formação de plintita, conjugado com horizonte diagnóstico subsuperficial plíntico, concrecionário ou litoplíntico (Embrapa, 2006). Os produtores denominam o horizonte plíntico como “tabatinga”.

Foram mapeados na transacreana Plintossolo Háplico (Solos com horizonte plíntico e que não possuem outro caráter complementar) e Plintossolo Argilúvico (Solos que possuem horizonte plíntico e horizonte textural).

Em razão do impedimento de drenagem relacionado a esses solos em virtude de seu baixo desenvolvimento e aos estratos argilosos horizontalizados, torna-se difícil sua utilização com plantas suscetíveis ao encharcamento. Nesse caso, o ideal seria adaptar-se as condições do meio por intermédio do cultivo de plantas com sistema radicular pouco profundo e plantas que se adaptassem a tais condições.

Nesses ambientes, em ecossistemas de pastagens extensivas, tem sido relatada a morte de Brachiaria brizantha cv Marandu (VALENTIM, 2000a). Para explicar tal fenômeno VALENTIM et al., (2000b) propôs o seguinte modelo: 1) o estabelecimento desta gramínea em solos com alto teor de argila, sujeitos a problemas de drenagem e

encharcamento durante o período chuvoso, submete as plantas a condições de estresse e favorece a proliferação de microorganismos que se tornam patógenos; 2) a degradação da pastagem, devido ao manejo inadequado causa compactação, erosão e perda de fertilidade do solo; e, 3) o deslocamento biológico das espécies de cigarrinhas-das-pastagens dominantes, em razão de condições ambientais desfavoráveis, promove o incremento populacional de novas espécies (VALENTIM et al., 2000).

Parcerias

- ✓ Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA/ACRE

5- Zoneamento Pedoclimático De Duas Culturas Para O Estado Do Acre

Estes estudos consiste em elaborar o Zoneamento pedoclimático de duas culturas para o Estado do Acre:

5.1 - Seringueira (Hevea brasiliensis)

Exigências Climáticas

No Zoneamento Agrícola para a cultura da seringueira no Acre, utilizou-se somente a temperatura média anual, a temperatura do mês mais frio e a disponibilidade hídrica anual, descritas a seguir:

Quadro 1 - Índices climáticos para a cultura da Seringueira no Estado do Acre.

Aptidão Climática	Índices Climáticos e hídricos		
	Temperatura média anual	Temperatura média do mês mais frio	Água disponível
Apta	> 18°C	15 a 18°C	> 300 mm
Restrita	18 a 20°C	18 a 20°C	100-300 mm
Marginal	> 20°C	> 20°C	< 100 mm

Exigências Pedológicas

Os solos bem drenados em relevo plano, profundos, com textura média e boas condições de fertilidade, reúnem as melhores condições exigidas pela cultura. Os parâmetros empregados são apresentados no Quadro 2.

Quadro 2 – Exigências pedológicas para a cultura da Seringueira no Estado do Acre.

Parâmetros	Classes de aptidão pedológica			
	Preferencial (4)	Recomendável (3)	Pouco recomendável (2)	Cultivo não recomendável (1)
Drenagem	Bem Drenado	Moderadamente drenado, Excessivamente drenado, Fortemente drenado, Acentuadamente drenado	Imperfeitamente drenado,	Mal drenado, Muito mal drenado,
Relevo	Plano (0-3%), Suave ondulado (3-8%)	Ondulado (3-8%)	Forte ondulado (20-45%)	Montanhoso (45-75%), escarpado (>75%)
Profundidade efetiva	Muito profundo (>200 cm)	profundo (>100 e <= 200 cm)	Pouco profundo (> 50 e <= 100 cm)	Raso (<= 50 cm)
Grupamento textural	Média (< 35% argila e > 15% areia)	Argilosa (35 a 60% argila)	Muito argilosa (>60% argila), siltosa (< 35% argila e < 15% areia), arenosa (> 70% areia)	
Atividade de argila	Atividade muito baixa (< 8 cmolc kg de argila)	Atividade moderadamente baixa (8 a < 17 cmolc kg argila)	Atividade média (17 a < 27 cmolc kg argila)	Atividade muito alta (> 27 cmol c kg argila)
pH	Moderadamente ácido (5,4-6,5), Praticamente neutro (6,6-7,3)	Fortemente ácido (4,3-5,3), Extremamente ácido (<4,3)	Moderadamente alcalino (5,4-6,5)	Fortemente alcalino (>8,3)
Saturação de bases	Eutróficos (>= 50%)	Distróficos (< 50%)	Oligotróficos (< 35%)	
Alumínio	Baixo (<0,2 cmolc.kg-1)	Médio (0,2-1,0 cmolc.kg-1)	Alto (>1,0 cmolc.kg-1)	
Carbono	Alto (>1,4 dag.kg-1)	Médio (0,8-1,4 dag.kg-1)	Baixo (<0,8 dag.kg-1)	
CTC	Alto (>10,0 cmolc.kg-1)	Médio (4,5-10,0 cmolc.kg-1)	Baixo (<4,5 cmolc.kg-1)	
Cálcio	Alto (>6,0 cmolc.kg-1)	Médio (2,0-6,0 cmolc.kg-1)	Baixo (<2,0 cmolc.kg-1)	
Fósforo	Alto (>30,0	Médio (10,0-30,0	Baixo (<10,0	

	mg.kg-1)	mg.kg-1)	mg.kg-1)
Potássio	Alto (>0,23 dag.kg-1)	Médio (0,11-0,23 cmolc.kg-1)	Baixo (<0,11 cmolc.kg-1)
Saturação de aluminio		< 50 %	>= 50 % (alítico, se aluminio extraível >= 4 cmolc.kg/aluminico e atividade de argila >= 20 cmol.kg / aluminico se atividade de argila < 20 cmolc.kg)

5.2- Pimenta Longa (Piper hispidinervum)

Exigências Climáticas

No Zoneamento Agrícola para a cultura da pimenta longa no Acre, utilizou-se somente a temperatura média anual e a precipitação anual, descritas no Quadro 3.

Quadro 3 - Índices climáticos para a cultura da Pimenta longa no Estado do Acre.

Aptidão climática	Variáveis climáticas	
	Temperatura média anual	Precipitação pluviométrica anual
Apta	> 25,7°C	< 2000 mm
Restrita	25,1 a 25,7°C	2000-2200
Marginal	< 25,1°C	> 2200 mm

Exigências Pedológicas

Os solos bem drenados em relevo plano, de profundos a muito profundos, com textura média e boas condições de fertilidade e baixos teores de alumínio, reúnem as melhores condições exigidas pela cultura. Os parâmetros empregados são apresentados no Quadro 2.

Quadro 4 – Exigências pedológicas para a cultura da Pimenta longa no Estado do Acre.

Parâmetros	Classes de aptidão pedológica			
	Preferencial (4)	Recomendável (3)	Pouco recomendável (2)	Cultivo não recomendável (1)
Drenagem	Bem Drenado	Moderadamente drenado	Imperfeitamente drenado, Acentuadamente drenado	Mal drenado, Muito mal drenado, Excessivamente drenado, Fortemente drenado
Relevo	Plano (0-3%)	Suave ondulado (3-8%)	Ondulado (8-20%), Forte ondulado (20-45%)	Montanhoso (45-75%), escarpado (>75%)
Profundidade efetiva	Muito profundo (>200 cm), profundo (>100 e <= 200 cm)	Pouco profundo (> 50 e <= 100 cm)	Raso (<= 50 cm)	
Grupamento textural	Média (< 35% argila e > 15% areia)	Argilosa (35 a 60% argila)	Muito argilosa (>60% argila), siltosa (< 35% argila e < 15% areia)	arenosa (> 70% areia)
pH	Moderadamente ácido (5,4-6,5), Praticamente neutro (6,6-7,3)	Fortemente ácido (4,3-5,3)	Extremamente ácido (<4,3), Moderadamente alcalino (5,4-6,5)	Fortemente alcalino (>8,3)
Saturação de bases	Eutróficos (>= 50%)	Distróficos (< 50%)	Oligotróficos (< 35%)	
Alumínio	Baixo (<0,2 cmolc.kg-1)	Médio (0,2-1,0 cmolc.kg-1)	Alto (>1,0 cmolc.kg-1)	
Carbono	Alto (>1,4 dag.kg-1)	Médio (0,8-1,4 dag.kg-1)	Baixo (<0,8 dag.kg-1)	
CTC	Alto (>10,0 cmolc.kg-1)	Médio (4,5-10,0 cmolc.kg-1)	Baixo (<4,5 cmolc.kg-1)	
Cálcio	Alto (>6,0 cmolc.kg-1)	Médio (2,0-6,0 cmolc.kg-1)	Baixo (<2,0 cmolc.kg-1)	
Fósforo	Alto (>30,0 mg.kg-1)	Médio (10,0-30,0 mg.kg-1)	Baixo (<10,0 mg.kg-1)	
Potássio	Alto (>0,23 dag.kg-1)	Médio (0,11-0,23 cmolc.kg-1)	Baixo (<0,11 cmolc.kg-1)	
Saturação de aluminio		< 50 %	>= 50 % (alítico, se aluminio extraível >= 4 cmolc.kg/aluminico e atividade de argila >= 20 cmol.kg / aluminico se atividade de argila < 20 cmolc.kg)	

Av. Nações Unidas, nº 233, 2º Andar – Bosque - Rio Branco - Acre - Brasil /CEP. 69.909-720
Fone- Fax: (68) 3223-1933 / 3223-9962
E-mail: gabinete.imc@ac.gov.br

Resultados Alcançados

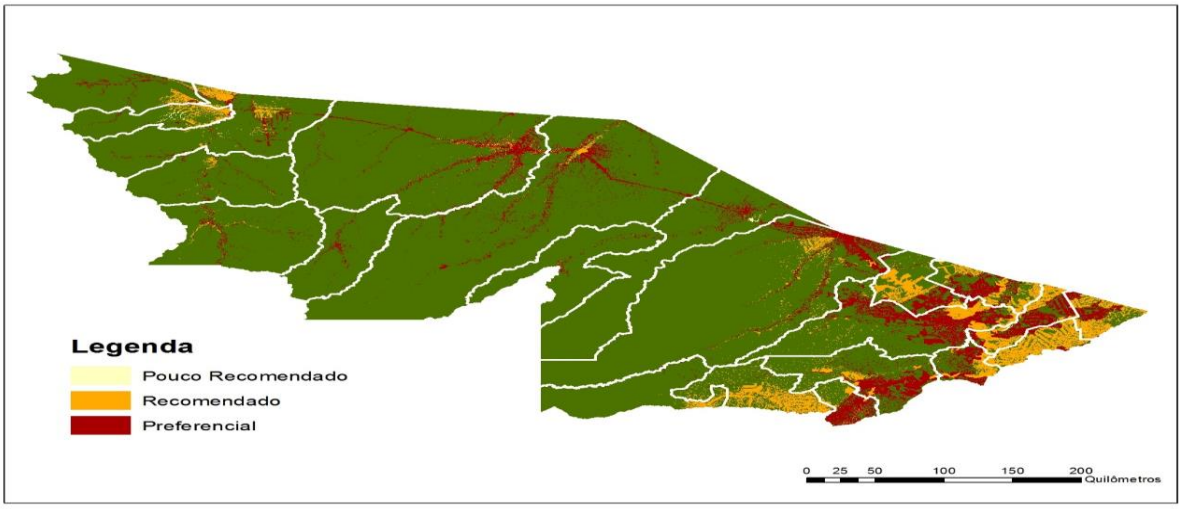
Seringueira

A seringueira é uma planta originária da floresta amazônica, de clima tropicalequatorial úmido. Suas exigências climáticas são de temperaturas médias anuais elevadas e chuvas abundantes, possivelmente com estação hibernal amena e pouco chuvosa.

Na definição das exigências climáticas de uma cultura é necessário, também, as exigências das moléstias e pragas (CAMARGO, 1967). No caso da seringueira (Hevea brasiliensis) deve-se considerar a sua principal enfermidade, o "mal-dasfolhas", causada pelo fungo Microcyclus ulei (P. Henn) V. Arx.

Tabela 2 - Distribuição quantitativa das terras nas classes de aptidão pedoclimática, para a cultura da Seringueira, de acordo com os níveis de manejo A, B e C no Estado do Acre.

Classes de aptidão	**Nível de manejo primitivo (A)**		**Nível de Manejo Regular com práticas de adubação e calagem (B)**		**Nível de Manejo avançado com práticas conservacionistas (C)**	
	Área (ha)	**%**	**Área (ha)**	**%**	**Área (ha)**	**%**
Preferencial	1.420.623,7	74,0	1.417.230,1	73,8	586.398,9	30,5
Recomendado	497.911,8	25,9	498.201,8	25,9	1.324.173,3	69,0
Pouco recomendado	1.824,9	0,1	4.928,5	0,3	9.601,8	0,5
Não recomendado	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
TOTAL	**1.920.360,4**	**100,0**	**1.920.360,4**	**100,0**	**1.920.174,0**	**100,0**



Zoneamento pedoclimático, para a cultura da Seringueira, de acordo com os níveis de manejo A no Estado do Acre.

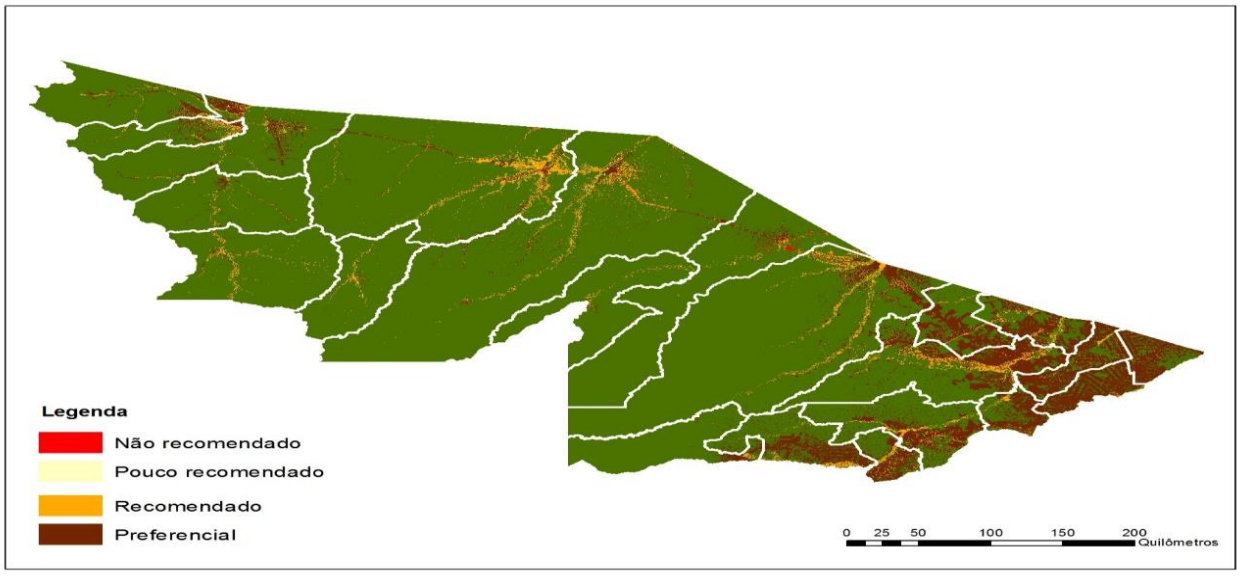
Pimenta Longa

Piper hispidinervum é uma planta do gênero Piper, nativa do Estado do Acre, que produz óleo essencial rico em safrol (pode chegar a 97%). O rendimento de óleo é elevado, apresentando em média de 3% a 4% do peso seco. Esta planta surgiu como alternativa na produção de safrol, com o potencial de substituir o óleo produzido pela canela sassafrás (Ocoteapretiosa (Nees) Mez), família das Lauráceas. Até o ano de 1991 a demanda nacional de safrol era atendida quase que integralmente pelo óleo extraído da canela-sassafráz (Ocotea pretiosa Mez) extraída da mata atlântica do sul do Brasil, principalmente do estado de Santa Catarina, obtido mediante corte das árvores e destilação de material vegetal (troncos e galhos).

Tabela 3 - Distribuição quantitativa das terras nas classes de aptidão pedoclimática, para a cultura da Pimenta Longa, de acordo com os níveis de manejo A, B e C no Estado do Acre.

Classes de aptidão	Nível de manejo primitivo (A)		Nível de Manejo Regular com práticas de adubação e calagem (B)		Nível de Manejo avançado com práticas conservacionistas (C)	
	Área (há)	%	Área (há)	%	Área (há)	%
Preferencial	864.303,1	45,0	629.452,6	32,8	466.612,7	24,3
Recomendado	1.015.187,9	52,9	1.087.135,9	56,6	1.252.789,3	65,2
Pouco recomendado	16.221,8	0,8	179.124,3	9,3	176.310,8	9,2

Não recomendado	24.647,6	1,3	24.647,6	1,3	24.647,6	1,3
TOTAL	**1.920.360,4**	**100,0**	**1.920.360,4**	**100,0**	**1.920.174,0**	**100,0**



Zoneamento pedoclimático, para a cultura da Pimenta Longa, de acordo com os níveis de manejo B no Estado do Acre.

Parcerias

- ✓ Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA/ACRE

6- Estudos Da Biomassa Florestal Do Estado Do Acre

Atividades realizada

O IMC por intermédio da SEPLAN constituiu um contrato de consultoria (Pessoa Jurídica) para realizar o Estudo de Biomassa Florestal na Floresta Estadual do Antimary no Acre. Os estudos tinham como objetivo principal melhorar as estimativas de forma precisa dos estoques de carbono nas florestas acrianas.

1. **Metodologia Direta** – que envolve o estudo destrutivo e determinação de biomassa ou fitomassa dos indivíduos florestais, sendo elas:
   - Seleção das parcelas

- Inventário florestal das parcelas

i. Delimitação e demarcação da parcela;

ii. Sorteio de cinco pontos amostrais de coleta de serapilheira;

iii. Coleta e pesagem da serapilheira;

iv. Corte e pesagem da Regeneração Natural (DAP < 5,0 cm), palmeiras, cipós e bambus com DAP < 4,0cm, quando presentes;

v. Inicio do corte e derrubada dos indivíduos arbóreos (DAP ≥ 5,0 cm) e bambus (DAP ≥ 4,0cm);

vi. Divisão e separação dos compartimentos:

a- Copa:

a.1 Folhas;

a.2 Galhos grossos e galhos finos;

a.3 Flores e frutos quando presentes.

b- Tronco

c- Raízes:

c.1 Menos grossas (0,02 cm ≤ D < 2,00 cm);

c.2 Mais grossas (D ≥ 2,0 cm).

c.3 Pesagem dos compartimentos;

c.4 Coleta de amostras para determinação de teores (água e carbono);

c.5 Enterro de todo o material cortado e derrubado no próprio quadrado.

- Mensuração de altura e cubagem
- Biomassa aérea (AGB)
- Biomassa de raízes ou abaixo do solo (BGB)
- Amostra para determinação de teores de carbono e água

2- Metodologia Indireta – por meios de equações matemáticas alométricas.

Resultados Alcançados

✓ Biomassa Fresca acima do nível do solo (AGB) de ÁRVORES:

- ✓ $AGB = 0{,}1467 \times DAP^{2{,}5997}$, $R^2 = 0{,}98$; $S_{yx\%} = 3{,}4$
- ✓Biomassa Fresca abaixo do nível do solo (BGB) de ÁRVORES:
- ✓ $BGB = 0{,}0208 \times DAP^{2{,}6064}$, $R^2 = 0{,}95$; $S_{yx\%} = 5{,}8$
- ✓ Biomassa Fresca total (PFtot) de ÁRVORES:
- ✓ $PFtot = 0{,}1675 \times DAP^{2{,}6005}$, $R^2 = 0{,}98$; $S_{yx\%} = 3{,}3$
- ✓ Biomassa Fresca acima do nível do solo (AGB) de BAMBU:
- ✓ $AGB = 1{,}4664 \times DAP^{1{,}4816}$, $R^2 = 0{,}91$; $S_{yx\%} = 2{,}2$
- ✓ Biomassa Fresca abaixo do nível do solo (BGB) de BAMBU:
- ✓ $BGB = 0{,}4275 \times DAP^{0{,}4727}$, $R^2 = 0{,}86$; $S_{yx\%} = 2{,}8$
- ✓ Biomassa Fresca total (PFtot) de BAMBU
- ✓ $PFtot = 1{,}7038 \times DAP^{1{,}4231}$, $R^2 = 0{,}92$; $S_{yx\%} = 2{,}1$

Beneficiários:

- ✓ Pesquisadores, técnicos, analistas, estudantes, comunidades científica.

Parcerias:

- ✓ UFAC

Av. Nações Unidas, nº 233, 2º Andar – Bosque - Rio Branco - Acre - Brasil /CEP. 69.909-720
Fone- Fax: (68) 3223-1933 / 3223-9962
E-mail: gabinete.imc@ac.gov.br

META 4: Implementar o Programa de Formação para Gestores Públicos e Beneficiários do SISA, com a Realização de Eventos de Formação

Atividades Realizadas

Uma das principais atividades que foram realizadas, no que se refere a capacitação de beneficiários foi à elaboração e assinatura de convênio com a organização Não-Governamental SOS Amazônia e Comissão Pro Índio (CPI/aAC - que foram incumbidas de mobilizar, articular e realizar parte dos eventos de capacitação.

Os eventos de formação (capacitação) foram divididos em regionais, ficando assim distribuídos: (a) Regional do Juruá envolveu os municípios de Mâncio Lima, Cruzeiro do Sul e Rodrigues Alves, Marechal Thaumaturgo e Porto Walter; (b) Regional Tarauacá /Envira beneficiando gestores, técnicos e produtores rurais dos municípios de Feijó e Tarauacá; (c) Regional Baixo Acre, correspondente ao município de Plácido de Castro.

1- Cursos de capacitação – Produtores rurais, Indígenas e Técnicos

O município de Cruzeiro do Sul e Marechal Thaumaturgo foram considerados municípios polo onde foram realizados os curso de capacitação regional Juruá, sobre mudanças climáticas globais, florestas, serviços ambientais e sistema estadual de incentivos a serviços ambientais do acre – SISA. O curso foi organizado e realizado em parceria com a SOS Amazônia, durante o evento foram introduzidos, por meio de palestras, temáticas relacionadas com a questão ambiental, ex.: dinâmicas para definição e conceituação de serviços ambientais e suas tipologias; Sistema Estadual de Incentivos a Serviços Ambientais do Acre – SISA; Mecanismos de Incentivos ou Compensações por Serviços Ambientais; Processo e condições necessárias para o desenvolvimento de projetos especiais / Normas, registros e salvaguardas em projetos especiais no Sisa.

As oficinas indígenas tinham o objetivo de colher subsídios para a continuidade do processo da construção do subprograma indígena, incorporando visões indígenas sobre mudanças climáticas, consulta e diretrizes para o subprograma.

Os cursos realizados nas outras regionais obedeceram metodologicamente a mesma dinâmica, ou seja, para todos os eventos de capacitação utilizou-se uma metodologia inteiramente participativa e interativa onde o ator principal eram os beneficiários de tal maneira que foi possível abordar o seguinte conteúdo:

- ✓ Atividades agrícolas no vale do Juruá e mudanças climáticas;
- ✓ Mitigação e Adaptação às Mudanças do Clima na Agricultura do Vale do Juruá;
- ✓ Serviços Ambientais;
- ✓ Mecanismos de Incentivos ou Compensações por Serviços Ambientais;
- ✓ Programa Produtor de Água para a Agricultura Familiar no Vale do Juruá;
- ✓ Sistema Estadual de Incentivos a Serviços Ambientais do Acre – SISA;
- ✓ Projetos de REDD+ no Acre e Sisa;
- ✓ Programa ISA Carbono - Abordagem Jurisdicional / Repartição de Benefícios / Distribuição dos Recursos do KfW via Convênios com Cooperativas e Associações;
- ✓ Companhia de Desenvolvimento de Serviços Ambientais do Acre – CDSA / Mecanismos de Captação de Recursos / Desenho de Subprogramas

Resultados Alcançados

- ✓ 43 Pessoas capacitadas dos municípios de Mâncio Lima e Cruzeiro do Sul;
- ✓ 48 Pessoas capacitadas dos municípios de Marechal Thaumaturgo e Porto Walter;
- ✓ 34 Pessoas capacitadas dos municípios de Feijó e Tarauacá;
- ✓ 37 Pessoas Capacitadas do município de Plácido de Castro;
- ✓ Realização de 02 (duas) Oficinas de Formação e Informação sobre Mudanças Climáticas, Serviços Ambientais e Sistema Estadual de Incentivos a Serviços Ambientais - SISA aos povos indígenas no Estado

do Acre, beneficiários do sistema, dentro do convenio assinado com a Comissão Pro-Índio do Acre. 70 (setenta) indígenas capacitados.

Beneficiários

Produtores rurais, comunidades indígenas, Técnicos, Gestores Públicos e técnicos de várias organizações sociais que atuam na área ambiental no Estado do Acre.

2- Formação de gestores e técnicos do IMC

Para assegurar a efetiva operacionalização do SISA é fundamental a formação dos seus principais atores, gestores, técnicos e beneficiários em temas de interesse. A capacitação destes atores foi realizada através de vários eventos internacionais, nacionais, regionais e locais, que aconteceram ao longo do ano de 2014. Os eventos de capacitação em nível local foram realizados através de um Convenio firmado entre o IMC e a organização não governamental SOS Amazônia e Comissão Pro Indio do Acre. A seguir, detalhamento dos eventos que os gestores e técnicos participaram:

- ✓ Participação da Diretora Presidente em palestra de treinamento sobre REDD+, com participação de representantes de GCF e técnicos das Secretarias de Meio Ambiente, para nivelamento de conhecimento entre estados.
- ✓ Participação da Diretora Técnica do IMC em Curso de capacitação do Programa de Gestão Avançada da Amana Key em São Paulo.
- ✓ Participação de técnicos do IMC no Curso de Capacitação sobre Mudanças Climáticas e REDD+ organizado pelo GCF Task Force em Macapá-AP.
- ✓ Participação de Técnico do IMC na Oficina sobre o Programa de Serviços Ambientais Yawanawa, em San Francisco, EUA. A oficina objetiva trabalhar a proposta do Programa de serviços ambientais. Yawanawa.
- ✓ Participação de técnico do IMC em Oficina oferecida pela GIZ sobre "Planejar, realizar e facilitar Workshops" em Brasília

- ✓ Participação de técnico do IMC em curso sobre mudanças climáticas por "The Climate Reality Project" no Rio de Janeiro.
- ✓ Realização de oficina de capacitação para técnicos, gestores governamentais e não-governamentais, membros do colegiado dos conselhos e CEVA, sobre Climáticas Globais, Serviços Ambientais, Governança, Gestão Florestal, Financiamentos, Fundos e Mercado.

3- Avaliação E Monitoramento Comunitário De Serviços Ecossistêmicos E Salvaguardas

O Projeto Sinal Verde (Monitoramento Comunitário na RESEX Chico Mendes) iniciou em cooperação com Global Canopy Programme - GCP e o Centro dos Trabalkhadores da Amazônia - CTA no ano de 2013 e teve um acompanhamento periódico do departamento de monitoramento do IMC durante todo o ano 2014.

Após o acompanhamento de CTA na formação da equipe de coordenação do projeto, o IMC contribuiu no planejamento do monitoramento comunitário, da matriz de parâmetros e da logística. Participou também na capacitação dos monitores comunitários.

O Projeto conta com 36 monitores treinados no uso dos smart phones, do software aplicado, na aplicação de entrevistas estruturadas para o levantamento de dados. A informação obtida e apurada servirá na tomada de decisão das comunidades e na articulação das demandas perante os órgãos públicos competentes.

O projeto é realizado sob Termo de Cooperação entre IMC, Global Canopy Programme e CTA, com apoio da Agencia de Desenvolvimento e Cooperação da Noruega - NORAD. O IMC como órgão do Governo do Estado é interessado nos resultados do monitoramento dos impactos das politicas publicas percebidos nas comunidades.

Resultados Alcançados

- ✓ 35 monitores extrativistas capacitados na Resex Chico Mendes, em monitoramento comunitário utilizando tecnologia smartphone;

- ✓ Banco de dado socieconomico das comunidades monitoradas estruturado, a disposição das comunidades da Resex e dos gestores públicos;
- ✓ Conjunto de mapas temáticos da Resex Chico Mendes informando necessidades e possíveis soluções
- ✓ Relatórios temáticos que informam em detalhe sobre a situação socioeconômica das comunidades da Resex.

Beneficiários

Como beneficiários podem ser considerados todos os comunitários da RESEX, em vista que a informação subsidiará as decisões em benefício das comunidades.

IV AÇÕES REALIZADAS PARA FORTALECIMENTO DO SISA

1- Reunião Anual Da Força Tarefa Dos Governadores Para O Clima E Florestas

A Força Tarefa GCF é uma colaboração subnacional entre 22 Estados e Províncias do Brasil, Indonésia, México, Nigéria, Peru, Espanha e Estados Unidos. O encontro de líderes desses países busca avançar na construção de programas jurisdicionais de desenvolvimento com baixas emissões de carbono e de redução das emissões por desmatamento e uso da terra (REDD+), entre outras iniciativas. Mais de 20% das florestas tropicais do planeta estão nos territórios dos membros desta força tarefa. O GCF foi criado em 2008 e o Acre é membro fundador da Força Tarefa de Governadores pelo Clima e Floresta.

Anualmente, são realizados encontros de caráter técnico e político, envolvendo todos os países e estados membros do GCF. Os encontros técnicos são realizados com a participação da sociedade civil, ou seja, as sessões são abertas para o público em geral. Já os encontros políticos se caracterizam por ser um espaço de discussão interna entre os membros do GCF, onde se discutem e se elaboram estratégias para serem implementadas no âmbito de cada território.

Em 2014 o governo do Acre foi responsável pela organização do encontro e ainda foi sede do referido evento. Este mérito está relacionado com as políticas de desenvolvimento sustentável que o Estado do Acre vem experimentando.

O Acre é considerado, dentre os membros do GCF o mais avançado em termos de desenho e implementação de um programa jurisdicional para redução das emissões do desmatamento e degradação florestal, o Programa ISA Carbono do SISA, é um bom exemplo que se sustenta por políticas inovadoras de desenvolvimento de baixas emissões. Desde 2013 o Acre já tem resultados concretos em negociações não comerciais de reduções de emissões com o Banco de Desenvolvimento Alemão (Kfw)

Atividades Realizadas

A agenda do encontro foi desenhada em base a dois pilares fundamentais, quais sejam: um diz respeito ao conhecimento técnico, onde se discutiu vários aspectos ligados aos programas de REDD+, passando pelos aspectos jurisdicional,

financiamento público e privado, lições aprendidas com a implantação dos projetos de REDD, finalizando com visitas de campo onde os participantes puderam constatar os avanços da política de desenvolvimento sustentável do Acre que contribui para a diminuição de emissões e degradação florestal.

Também foi possível elaborar uma agenda específica onde os líderes membros do GCF tiveram a oportunidade de discutirem e analisarem os avanços da Força tarefa, finalmente, tiveram a oportunidade de elaborarem o planejamento para os próximos anos.

PROGRAMAÇÃO

Dia 11 de agosto

9h00 **Cerimônia de Abertura e Sessão de Alto Nível** (com a presença de Governadores do GCF da Indonésia, Peru e Brasil).

10h30 **Sessão dos Convidados Ilustres** (com Min. Herman Benjamin, do STJ).

11h30 **Coletiva de imprensa**.

12h00 **Apresentação do Secretariado e do Fundo do GCF**.

14h30 **Mesa redonda** (com delegados e coordenadores do Brasil, Peru, México, Cross River, Indonésia, Catalunha e Califórnia, e moderação de William Boyd - Secretariado do GCF).

16h00 **World Café** (feira de resultados dos Estados-Membros do GCF e Estados observadores).

17h00 **Painel 1** 'Estabelecendo os Elementos Necessários para Programas Jurisdicionais de REDD+ Robustos' (com moderação de William Sunderlin - CIFOR).

Dia 12 de agosto

9h00 **Painel 2** 'Ligando Programas de REDD+ Jurisdicionais às Cadeias de Suprimento Sustentáveis' (com moderação de Daniel Nepstad - EII).

10h15 **World Café** (feira de resultados de iniciativas da sociedade civil e parceiros do GCF).

11h00 **Painel 3** 'Mobilizando Financiamento Público e Privado para Programas de REDD+ Jurisdicionais' (com moderação de Rosa Maria Vidal - FGCF).

12h15 **Fechamento dos painéis** (reflexão sobre os painéis, com moderação de William Boyd).

Evento acadêmico

14h15 **Painel 1** 'Lições Aprendidas de Programas e Projetos Jurisdicionais de REDD+' (com moderação de Mariano Cenamo - IDESAM):

'Integração das Salvaguardas Socioambientais nas Políticas Subnacionais de Mudanças Climáticas e REDD+' (com Mariana Piatto - IMAFLORA);

'Monitoramento de Salvaguardas e Repartição de Benefícios no Acre: a Comissão Estadual de Validação e Acompanhamento (CEVA)' (com Joci Aguiar - CEVA);

'REDD+ na Prática no Brasil: Lições Aprendidas do Primeiro Projeto de REDD+ Validado pelo VCS/CCB na Amazônia - O Projeto Surui' (com Almir Surui - Metareilá);

'REDD+ na Prática no Peru: Caso do Projeto de REDD+ Tambopata-Bahuaja, Madre de Dios - Integrando Comunidades, ONGs e o Setor Privado' (com Paul Ramirez - AIDER e Sylvain Goupille - Althelia Climate Fund);

Perguntas e discussão.

16h00 **Painel 2** 'O Engajamento das ONGs no Desenvolvimento da Estratégia Nacional REDD+' (com moderação de Carlos Rittl - Observatório do Clima):

'Visões da Sociedade Civil no Peru' (com Alónso Cordova - Mesa Redonda de REDD+ de Madre de Dios);

'A Integração Entre os Interesses do Setor Privado e a Estratégia Nacional Brasileira' (com Mariama Vendramini - Biofilica);

'Integrando o REDD+ a Planos de Desenvolvimento de Baixas Emissões no Nível Jurisdicional' (com Andre Nahur - WWF-Brasil)

Perguntas e discussão.

Dia 13 de agosto

Seminário

9h00 **Abertura do seminário** 'Do REDD+ ao Desenvolvimento de Ações com Baixas Emissões e Justiça Social' (Lançamento do Edital de Concurso de Artigos Científicos para publicação na Revista da PGE/AC e premiação aos três primeiros colocados).

9h20 **Painel 1: 'Sustentabilidade, Serviços Ambientais e Desenvolvimento com Baixas Emissões'** (com Senador Jorge Viana (PT/AC) e Amy Duchelle - CIFOR).

11h00 **Mesa redonda** (com os palestrantes acima, mediada por Patrícia Rêgo, Procuradora de Justiça).

14h30 **Painel 2** 'Desafios do Estado para a Promoção do Desenvolvimento de Baixas Emissões' (com Carlos Teodoro Irigaray, Procurador de Estado do Mato Grosso) e 'Possibilidade Jurídica de Criação e Implantação de Sistemas Subnacionais de REDD no Brasil' (com Ludovino Lopes, advogado).

15h00 **Mesa redonda** (com os palestrantes acima, mediada por Érico Barboza, Procurador do Estado do Acre).

19h00 **Resumo, Apresentação das Decisões e Recomendações do GCF**.

Dia 14 de agosto

Dia todo **Visitas de campo**.

1: Valorizando o extrativismo, município de Xapuri;

2: Produção sustentável, Complexo Peixes da Amazônia e visita à pequenos produtores;

3: Manejo florestal sustentável e pesquisas sobre estimativas de biomassa na Floresta Estadual do Antimary;

4: Visita à Comissão Pró-Índio: Diálogos com os Agentes Agroflorestais Indígenas.

Resultados alcançados

1- **Assinatura da Carta de Intenção firmada entre o Estado de Acre/Brasil, e Conselho Interregional Amazônico – CIAM** – Este instrumento de cooperação

bilateral estabelece principalmente a realização de maneira conjunta ou separadamente as seguintes atividades:

- ✓ Realizar una visita de intercambio político e técnico de los representantes de los gobiernos regionales del CIAM y del Estado de Acre;
- ✓ Integración y manutención de base de datos geográficos relevantes para la gestión sostenible de las regiones del CIAM y Acre;
- ✓ Desarrollo de estrategias para la gestión ambiental y territorial, a través, del intercambio de experiencias y metodologías en las área de Ordenamiento Territorial Local – OTL, Cadenas de Valor, Catastro Ambiental Rural – CAR, Gestión de Riesgos Ambientales y Gestión de Cuencas Hidrográficas, incluyendo sistemas de alerta temprana;
- ✓ Monitoreo integrado de la desforestación, quemas e incendios forestales, así como el desarrollo de mecanismos de adaptación y mitigación de los extremos climáticos en las regiones propuestas;
- ✓ Monitoreo integrado de los servicios ecosistémicos;
- ✓ Construcción de un Plan Integrado de Desarrollo Sostenible para el Estado de Acre-BR y los Departamentos de Amazonas, Huánuco, Loreto, Madre de Dios, San Martin, Ucayali;

2- Declaração de Rio Branco – GCF

Esta declaração formaliza o compromisso em continuar com a redução do desmatamento e a degradação florestal, a desenvolver parcerias com iniciativas do setor privado que alavanquem as oportunidades disponíveis através dos programas jurisdicionais e que possam canalizar, de for ma rápida e efetiva, fundos baseados em desempenho para a promoção do desenvolvimento econômico de base florestal e que respeite as florestas para os produtores, silvicultores, agricultores, pecuaristas, povos indígenas, comunidades locais e outros stakeholders florestais. Para atingir este objetivo, é imperativo que se tenha maior acesso a apoio financeiro e técnico e,

mais importante, a oportunidades de mercado e não - mercado, domésticas e internacionais, para as reduções de emissões alcançadas por nossos programas.

De acordo com o secretário-geral do GCF, William Boyd, este é de longe o evento mais importante da Força Tarefa. “Este é o único momento em que todos os membros do GCF estão juntos. E o Acre tem sido um líder na Força Tarefa, no Brasil e no mundo quando o assunto é a construção de programas de proteção de florestas, redução de emissões e valorização do meio de vida de populações tradicionais”.

A Declaração de Rio Branco foi assinada pelos membros da Força Tarefa dos Governadores para o Clima e Florestas (GCF) que se constitui numa colaboração subnacional de 22 estados e províncias no Brasil, Indonésia o, Nigéria, Peru, Espanha e Estados Unidos, com o compromisso em reduzir o desmatamento tropical, proteger o sistema climático global, melhorar os meios de vida rurais e reduzir a pobreza em nossas jurisdição.

2- Participação Da Conferencia Preparatória Sobre O Clima, Lima Peru

Atividades realizada

Participação em eventos paralelos da COP 20 em Lima e contribuição na divulgação das experiências do SISA do Acre.

Resultados alcançados

A participantes do Acre na COP 20 em Lima, contribuiu com a divulgação dos avanços da implementação do SISA e do Programa REM no Acre e com o intercâmbio de experiências com os representantes de outros países. A experiência do Acre tornou-se uma das primeiras experiências com resultados concretos no que diz respeito a remuneração de serviços ambientais relacionados com o carbono florestal. Esta experiência é fruto da cooperação financeira estabelecida com o KfW - Banco de Desenvolvimento da Alemanha. Durante a COP20 foi possível obter os seguintes resultados:

- ✓ Participação dos gestores e técnicos do governo do Acre no painel da Forca Tarefa de Governadores pelo Clima e pelas Florestas (Governors’

Task Force for Climate and Forests GCF). O tema principal foi: Onde está REDD+? O que podemos aprender das iniciativas subnacionais;

- ✓ Participação dos gestores e técnicos do governo do Acre na iniciativa Internacional REDD+ SES dialoga em paralelo com IMC sobre o Sistema de Informação de Salvaguardas SIS/Acre;
- ✓ Participação dos gestores e técnicos do governo do Acre na reunião de consolidação e formalização da cooperação do Governo do Estado do Acre (Brasil) com os Governos Regionais da Amazônia Peruana (Loreto, Madre de Dios, San Martin, Ucayali);
- ✓ Participação dos gestores e técnicos do governo do Acre no Global Landscape Forum / Forest Day. Este fórum se caracteriza por ser uma espaço político reconhecido pelas suas contribuições para as negociações do clima;
- ✓ Apresentação do subprograma indígena do SISA do Acre no painel internacional sobre diálogo entre governo e indígenas;
- ✓ Realização da reunião do Comité Científico do SISA, tendo como produto principal a Resolução 003/2014, que se refere aos procedimentos de publicação de dados de desmatamento do PRODES e a quantidade aproximada de RE de 7,5 MtCO2e do Acre em 2014;
- ✓ Apresentação da estrutura e funcionamento do SISA no encontro denominado Adaptação Brasil 2040, organizado pela Secretaria da Presidência;
- ✓ Apresentação dos Resultados e impactos do Sistema de Incentivos a Serviços Ambientais - SISA/REM;
- ✓ Apresentação da Governança, salvaguardas e repartição de benefícios do projeto ISA Carbono;
- ✓ Assinatura do Memorando de Entendimento entre BV Rio / FGV / IMC para objetivos comerciais, como também entre IPAM / IMC, para objetivos técnicos-científicos (desenvolvimento e aplicação da calculadora de carbono C-CAL

Av. Nações Unidas, nº 233, 2º Andar – Bosque - Rio Branco - Acre - Brasil /CEP. 69.909-720
Fone- Fax: (68) 3223-1933 / 3223-9962
E-mail: gabinete.imc@ac.gov.br

Beneficiários

- ✓ Gestores, Técnicos e Beneficiários relacionados com a implementação do SISA e do Programa REM no Acre;
- ✓ Parceiros: KFW Banco de Desenvolvimento da Alemanha, GCF Força Tarefa de Governadores.

V – INSTRUMENTOS DE GESTÃO JURÍDICO

5.1 – Termos de Cooperação Técnica

TCT Nº 003/2011, que entre si celebram o Instituto de Mudanças Climáticas e Regulação de Serviços Ambientais – IMC e a Secretaria de Estado de Políticas Para Mulheres – SEPMULHERES. **Objetivo**: O estabelecimento de esforço conjunto dos participes para o desenvolvimento da política de gênero, visando efetiva participação das mulheres na redução da emissão de gases de efeito estufa (GEE) e no cumprimento das salvaguardas socioambientais no âmbito do Sistema Estadual de Serviços Ambientais do Acre. **Vigência**: 17.12.2016 (02 anos a partir da publicação) Assinatura: 17.12.2014. vc se inscreveu

TCT Nº 001/2014, Que entre si celebram o Estado do Acre, por intermédio do Instituto de Mudanças Climáticas e Regulamentação de Serviços Ambientais – IMC e o Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia – IPAM. **Objetivo**: O presente instrumento tem por objeto o estabelecimento de cooperação técnica entre ambas instituições. **Vigência**: 09.12.2016 (02 anos a partir da publicação) Assinatura: 09.12.2014.

TCT Nº 003/2014, que entre si celebram o Instituto de Mudanças Climáticas e Regulação de Serviços Ambientais – IMC e a Comissão Pró-Índio do Acre – CPI/AC. **Objetivo**: A conjugação de esforços para a realização de Oficinas de Formação e Informação sobre Mudanças Climáticas, Serviços Ambientais e Sistema Estadual de Incentivos a Serviços Ambientais – SISA aos povos indígenas no Estado do Acre, bem como a realização de um conjunto de três reuniões do Grupo de Trabalho Interinstitucional Indígena da Comissão Estadual de Validação e Acompanhamento - Ceva. **Vigência**: 31.12.2014 (05 meses a partir da publicação) Assinatura: 02.07.2014.

TCT Nº 002/2014 Entre o Instituto de Mudanças Climáticas e Regulamentação de Serviços Ambientais – IMC e a, Associação SOS Amazônia. **Objetivo**: O presente Convênio tem por objeto a realização de cursos de formação na área de serviços de

ambientais, mudanças climáticas globais, mercado de carbono e governança florestal com ênfase no Sistema Estadual de Incentivo a Serviços Ambientais. **Vigência**: 31.12.2014 (05 meses a partir da publicação) Assinatura: 02.12.2014.

TCT Nº s/n 2014 Termo de cooperação técnica, que entre si celebram a FUNDAÇÃO DE TECNOLÓGIA DO ESTADO DO ACRE – FUNTAC e o INSTITUTO DE MUDAÇAS CLIMÁTICAS E REGULAMENTAÇÃO DE SERVIÇOS AMBIENTAIS – IMC. **Objetivo**: O presente termo de cooperação técnica tem por objetivo o estabelecimento de reforços conjuntos dos participes para desenvolvimento de projetos de combustíveis que visem à redução da emissão de gases do efeito estufa. **Vigência**: 31.12.2014 (05 meses após a publicação) Assinatura: 09.05.2014.

TCT Nº001/2014 Termo de cooperação técnica, que entre si celebram o Estado do Acre por intermédio do INSTITUTO DE MUDANÇAS CLIMÁTICAS E REGULAÇÃO DE SEVIÇOS AMBIENTAIS – IMC e as entidades da sociedade civil por intermédio do CENTRO DOS TRABALHADORES DA AMAZÔNIA – CTA E GLOBAL CANOPY PROGRAMME – GCP. **Objetivo**: O presente termo te, por objetivo a conjugação de esforços entre as partes, visando à colaboração institucional para planejar e implementar o projeto “bússola REDD: avaliação e monitoramento comunitário de serviços ecossistêmicos e salvaguardas”. **Vigência**: 31.03.2015 (01 ano após a publicação) Assinatura: 13.03.2014.

TCT Nº02/2013 Acordo de cooperação técnica que entre si celebram o Estado do Rio de Janeiro, o INSTITUTO DE MUDANÇAS CLIOMATICAS E REGULAÇÃO DE SERVIÇOS AMBIENTAIS – IMC e o BANCO NACIONAL DO DENSEVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL – BNDES. **Objetivo**: O presente acordo tem por objetivo firmar cooperação técnica entre as partes no sentido d que possam contribuir para a eficiência da economia brasileira em carbono e envidar esforços no sentido de propiciar o desenvolvimento de um mercado de ativos ambientais brasileiro. **Vigência**: 21.03.2015 (02 anos após a publicação) Assinatura: 21.03.2013.

TCT Nº009/2013 Que entre si celebram o INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIENCIAS E TECNOLOGIA DO ACRE – IFAC e o INSTITUTO DE MUDANÇAS CLIMÁTICAS E REGULARIZAÇÃO DE SERVOÇOS AMBIENTAIS – IMC. **Objetivo**: O presente termo de cooperação tem por objeto o intercâmbio de experiências no campo técnico, científico, profissional e educacional, de professores, pesquisadores e acadêmicos, entre o IFAC e o IMC, para contribuir nos trabalhos relacionados aos estudos de mudanças climáticas e usos da terra, no desenvolvimento de atividades ligadas à emissão antrópicas e sumidores de gases do efeito estufa, inventários detalhados de setores do transporte, energia, agropecuária, tratamento e disposição final de resíduos sólidos entre outros como a indústria e comercio do estado. **Vigência**: 02.08.2015 (02 anos após a publicação) Assinatura: 02.08.2013.

TCT Nº01/2013 Termo de cooperação técnica q entre si celebram o INSTITUTO DE DEFESA AGROPECUÁRIAE FLORESTAL DO ACRE - IDAF E O INTITUTO DE MUDANÇAS CLIMÁTICAS E REGUAÇÃO DE SERVIÇOS AMBIENTAIS – IMC. **Objetivo**: O presente termo de cooperação tem como objetivo o apoio logístico, técnico e cientifico, bem como o fortalecimento da defesa vegetal e animal no estado. **Vigência**: 03.06.2014 (01 ano após a publicação) Assinatura: 03.06.2013.

TCT Nº01/2013 Termo de cooperação técnica q entre si celebram o INSTITUTO DE DEFESA AGROPECUÁRIAE FLORESTAL DO ACRE - IDAF E O INTITUTO DE MUDANÇAS CLIMÁTICAS E REGUAÇÃO DE SERVIÇOS AMBIENTAIS – IMC. **Objetivo**: O presente termo de cooperação tem como objetivo o apoio logístico, técnico e cientifico, bem como o fortalecimento da defesa vegetal e animal no estado. **Vigência**: 03.06.2014 (01 ano após a publicação) Assinatura: 03.06.2013.

TCT Nº02 Termo de cooperação entre o INSTITUO DE EDUCAÇÃO, CIENCAS E TECNLÓGIA DI ACRE – IFAC através da UNIVERSIDAD PARA LA COOPERACION INTERNACIONAL – UCI. **Objetivo**: O presente termo de cooperação tem por objetivo expressar a vontade dos participes em cooperar na gestão tecnológica e administração da plataforma virtual de educação à distancia q será implantada no estado do acre, através da Universidad para la Cooperación Internacional; bem como

em promover uma cooperação mais ampla entre os participantes, com suas respectivas competência e baseado nos princípios da reciprocidades, intercâmbio de informações e beneficio mútuo para abordagem dos seguintes temas: Gestão tecnológica e administração da plataforma, incluindo o desenho técnico e a capacitação aos responsáveis em administrar a plataforma; Capacitação para as instituições locais participantes da rede enquanto ao desenho, gestão e avaliação de cursos virtuais; Desenho e desenvolvimento de cursos sequencia curriculares e programas acadêmicos para a plataforma; Implementação conjunta com os parceiros locais dos cursos e programas da plataforma. **Vigência**: 26.04.2014 (01 ano após a publicação) Assinatura: 26.04.2013.

TCT Nº S/n Acordo de cooperação técnica entre a Universidade Federal do Acre e a Universidad para la cooperación internacional. **Objetivo**: O objetivo primordial desse acordo é r desenvolvimento de esforços cooperativos entre a UFAC e a UCI, por meio do aprimoramento do intercâmbio técnico e acadêmico entre duas instituições. **Vigência**: 04.2018 (05 anos após a publicação) Assinatura: 04.2013.

TCT Nº04/2013 Termo de reciprocidade a ser celebrado entre o INSTITUTO CHICO MENDES DE CCERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE – ICMBio e o ESTADO DO ACRE através da SECRETÁRIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE – SEMA, da SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO FLORESTAL, DA INDUSTRIA, DO COMECIO, E DOS SERVIÇOS SUSTNTAVEIS – SEDENS, do INSTITUTO DE MEIO AMBIENTE DO ACRE – IMAC, do INSTITUTO DE MUDANÇAS CLIMÁTICAS E REGUÇÃO DE SERVIÇOS AMBIENTAIS – IMC e da SECRETARIA DE ESTADO DE EXTERSÃO AGROFRESTAL E PRODUÇÃO FAMILIAR – SEAPROF. **Objetivo**: O presente termo de reciprocidade tem por objetivo a cooperação mútua na implantação de programas e projetos socioambientais, em especial para a cooperação na gestão das unidades de conservação e a consolidação do Sistema Estadual de Áreas Naturais Protegidas – SEANP e da politica de valorização do ativo ambiental florestal no estado do acre nos três níveis de governo. **Vigência**: 31.12.2014 (09 meses após a publicação) Assinatura: 19.03.2013.

TCT Nº098/2012 INSTITUIÇÃO ESTADUAL DE DESENVOLVMENTO DA EDUCAÇÃO PROFICIONAL DOM MOACIR RECHI E A EMPRESA RHAT &FARHAT LTDA. **Objetivo**: Constitui objeto deste contrato a aquisição de combustíveis e derivados do petróleo para atender as demandas do instituto de desenvolvimento da educação profissional dom Moacir. **Vigência**: 01.03.2014 (11 meses após a publicação) Assinatura: 01.02.2013.

TCT Nº 001/2013 O Governo do Estado do Acre, por intermédio do Instituto de Mudanças Climáticas e Regulação de Serviços Ambientais e a SOS Amazônia.
Objetivo: a conjugação de esforços entre o IMC e a SOS Amazônia, com o intuito de realizar cursos e oficinas de capacitação da equipe técnica da S.O.S. Amazônia, bem como de agricultores e ribeirinhos nas temáticas de Serviços Ambientais, como distribuição de materiais didáticos e de divulgação sobre o tema para conscientização e disseminação do SISA, e traçar estratégia para captação de recursos visando a execução de projetos que viabilize o pagamento de serviços ambientais as comunidades interessadas. **Vigência**: 31.12.2014 (08 meses após a publicação) Assinatura: 04.03.2013

TCT Nº s/n/2012 Governos do Estado do Acre , por meio da Secretaria de Meio Ambiente e da Fundação de Tecnologia do Acre e o Governo de Ucayali/Perú. **Objetivo**: Estabelecer um acordo de Cooperação, que permita o desenvolvimento de mecanismos de cooperação técnica entre a região Ucayali, Peru e o Estado do Acre, Brasil, para alcançar a integração, compatibilização e mantimento de informações comuns de gestão territorial. **Vigência**: 2015 (03 anos após a publicação) Assinatura: 2012.

TCT Nº 003/2012 O Estado do Acre através do Instituto de Mudanças Climáticas e Regulação de Serviços Ambientais – IMC; A Fundação de Tecnologia do Estado do Acre e a Universidad Para La Cooperación Internacional – UCI. **Objetivo**: expressar a vontade dos participantes em cooperar na Gestão Tecnológica e Administração da Plataforma Virtual Universidad Para La Cooperación Internacional; bem como em

promover uma cooperação mais ampla entre os Participes, com suas respectivas competências e baseado nos princípios da reciprocidade, intercâmbio de informações e benefício mútuo para abordagem dos seguintes temas: Gestão Tecnológica e Administração da Plataforma, incluindo o desenho técnico e a capacitação aos responsáveis em administrar a plataforma; Capacitação para as instituições locais participantes da rede enquanto ao desenho, gestão e avaliação de cursos virtuais; Implementação conjunta com os parceiros locais dos cursos e programas da plataforma. **Vigência**: 26.11.2014 (02 anos após a publicação) Assinatura: 26.11.2012.

TCT Nº 002/2012 O Instituto de Mudanças Climáticas e Regulação de Serviços Ambientais – IMC e a Universidade Federal do Acre. **Objetivo**: a cooperação e o apoio entre a equipe de discentes, docentes e pesquisadores da UFAC e o IMC, para convergência de esforços e ações relativas a estudos e atividades visando contribuições na elaboração do Inventário de emissões e sumidouros de Gases de Efeito Estufa (GEE) dos setores que envolvam pesquisas de quantificação de carbono entre outras atividades relacionadas às mudanças climáticas globais. Visando também contribuir com a geração de conhecimentos para alunos, professores e pesquisadores envolvidos nas atividades e na utilização das informações em estudos de graduação e pós-graduação. **Vigência**: 31.12.2014 (14 meses após a publicação) Assinatura: 22.10.2012.

TCT Nº S/N O Ibope Informação e Análise Ltda. E o Instituto de Mudanças Climáticas e Regulação de Serviços Ambientais. **Objetivo**: a cooperação mútua entre o Ibope e o IMC para o desenvolvimento do Projeto “Incorporação de Ativos Ecossistêmicos em Unidades de Conservação ao Patrimônio Público”, a ser apresentado pelo Ibope ao Fundo Amazônia, gerido pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES. **Vigência**: 10.07.2014 (02 anos a contar da data da assinatura) Assinatura: 10.07.2012.

TCT Nº 001/2012 O Governo do Estado do Acre, por intermédio do Instituto de Mudanças Climáticas e Regulação de Serviços Ambientais – IMC, e o Centro de

Pesquisa de Woods Hole dos Estados Unidos da América – WRHC. **Objetivo**: a conjugação dos esforços para implementação de programas, projetos e estudos relacionados à Gestão Ambiental no Território Acreano, especialmente para Implementação do Zoneamento Ecológico Econômico e a Política de Valorização do Ativo do Ambiental Florestal. **Vigência**: 31.12.2014 (09 meses após a publicação) Assinatura: 08.03.2012.

TCT Nº 008/2011 O Instituto de Mudanças Climáticas e Regulação de Serviços Ambientais – IMC e a Global Canopy Foudation – GCP, ajustam entre si o presente termo de cooperação técnica que tem como título laboratório de finanças para florestas. **Objetivo**: Identificar e recomendar ao Governo do Acre, através do IMC, mecanismos financeiros inovadores e as reformas e ajustes necessários para alavancar recursos públicos e privados em escala necessários a proteção de florestas, transformação dos vetores de desmatamento e melhoria da qualidade de vida das populações que vivem nas florestas, de acordo com o estabelecido em plano de trabalho. **Vigência**: 31.12.2014 (03 anos após a publicação) Assinatura: 09.12.2011.

TCT Nº004/2011, que entre si celebram o instituto de mudanças climáticas e regulação de serviços ambientais – IMC e a Secretária de Estado do Meio Ambiente – SEMA. **Objetivo**: O presente termo tem por objeto o estabelecimento de cooperação técnica entre as partes, visando integração de ações e esforços para a implementação de programas, projetos e estudos voltados ao Fortalecimento da Gestão Territorial e Ambiental, juntamente ao Programa de Incentivo a Serviços Ambientais – Carbono (Programa ISA Carbono). **Vigência**: 31.12.2014 (07 meses após a publicação) Assinatura: 23.05.2011.

Av. Nações Unidas, nº 233, 2º Andar – Bosque - Rio Branco - Acre - Brasil /CEP. 69.909-720
Fone- Fax: (68) 3223-1933 / 3223-9962
E-mail: gabinete.imc@ac.gov.br

ARQUIVO FOTOGRÁFICO

Formação de Gestores, Técnicos e Produtores Rurais

Seminário de capacitação - Gestora e Técnicos em oficina de capacitação sobre mecanismos de repartição de benefícios e estrutura do SISA

Participação da equipe do IMC na oficina sobre MRV com foco em Incentivos Positivo

Meio de transporte fluvial utilizado para transportar os produtores rurais para participarem do curso de capacitação

Palestra da Gestora de Políticas Públicas - Marta Azevedo sobre Sistema Estadual de Incentivo a Serviços Ambientais do Estado do Acre, durante o curso de capacitação

Chefe do Departamento de Registro, Karoline Cunha, debate sobre os procedimentos para registro de Projetos Especiais no Sisa – curso para produtores rurais

Chefe do Departamento de Normatização realizando palestra sobre Mudanças Climáticas Globais e Serviços Ambientais e políticas locais sobre PSA, para alunos do 7º e 8º ano da Escola Municipal de Ensino Fundamental Manoel Moreira Pinheiro, em Porto Walter

Grupo de produtores participantes da oficina e técnico da ONG SOS Amazônia e equipe do IMC (Marta Azevedo e Karoline Cunha)

Capacitação de produtores rurais - dinâmica sobre definição dos tipos de serviços ambientais

Curso de capacitação para produtores rurais - palestra sobre Sistema Estadual de Incentivo a Serviços Ambientais do Estado do Acre, regional do Juruá

.

Grupo de técnicos e produtores – encerramento da oficina de capacitação participantes da oficina.

Oficina de Capacitação – técnicos e Gestores participando da oficina, Incentivos a Servos Ambientais seus Aspectos Econômicos, Sociais e Ambientais para Técnicos e Gestores, Plácido de Castro

Narliene Araújo da Silva, da comunidade Grajaú, Porto Walter, professora e agricultora.

"A oficina foi de grande importância, com muitas informações em relação às mudanças climáticas. Antigamente, uma dona de casa lavava uma rede e passava em média três dias para enxugar. E hoje lavamos de manhã e meio dia já está seca, então o tempo está muito quente. E com essa oficina estamos nos conscientizando que devemos diminuir nossa influencia no aquecimento global. Eu posso pensar, ah, eu queimo meu roçado, mas é um roçado pequenininho, vai influenciar pouquinho no meio ambiente. Mas vai juntar tantos agricultores que têm por aí queimando, pense no impacto que vai causar no meio ambiente! Estou aprendendo novos tipos de alternativas, hoje estou consciente de que tenho novas formas de produzir sem precisar queimar, que eu produza com menos impacto ambiental, sem prejudicar minha família e as gerações vindouras. Espero que esses órgãos competentes que incentivam a gente a fazer essas mudanças na nossa forma de trabalhar, nos dê assistência, não só informe, mas persista no objetivo deles, assista a gente constantemente, que os técnicos estejam nas comunidades periodicamente para que possa ver o que estamos produzindo, se está dando certo e se precisamos procurar outras alternativas.

Depoimento – Marilene Araújo da Silva da Comunidade Grajaú

Consulta pública do Relatório de autovaliação da implementação de salvaguardas socioambientais do SISA e do ISA Carbono. Rio Branco-AC

VIII Reunião da GCF. Feira de Resultados. Rio Branco-AC,

Oficina preparatória para consulta pública das Salvaguardas Socioambientais. Rio Branco-AC

Semana Nacional de Ciência e Tecnologia. Rio Branco-AC

III Feira Panamazônia. Estande da Cooperbiscoito. Rio Branco-AC

66ª Reunião Anual da SBPC. Expotec. Rio Branco-AC

Participação do IMC na Expo Acre - Rio Branco-AC,

66ª Reunião Anual da SBPC. SBPC Extrativista Rio Branco-AC

Encontro Anual de GCF no Acre e assinatura da Declaração de Rio Branco – participação do governador Tiao Viana

Assinatura de Acordo de Cooperação entre CIAM e Estado do Acre na COP 20, em Lima

Participacao do governador do Acre, Tião Viana, dutante COP 20, em Lima

Painelistas no Seminário do Acre na COP 20, em Lima, Peru